



# **Boletim de Transparência Fiscal**

**Rio de Janeiro, Novembro de 2010**



**SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA**  
Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

**SUBSECRETÁRIO- GERAL**

Paulo Sérgio Braga Tafner

**SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS**

Marcelo Barbosa Saintive

**SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL**

George André Palermo Santoro

**SUBSECRETÁRIO DE RECEITA**

Ricardo José de Souza Pinheiro

**SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL**

Carolina Tomaz Barbosa Corrêa

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO  
FINANCEIRA**

Josélia Castro de Albuquerque

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES  
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E  
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

**SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS**

Elvecio Vital da Silva

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Bruna Beatriz Daniel

Camila Callegario Ribeiro

Carlos Roberto Moreira de Araújo

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Eliane Marcos Macedo

Fernanda Stiebler

João Vitor Pereira Pedrosa

Larissa Silva Carvalho

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Luana de Oliveira Cunha

Luisa Regina Mazer

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Murilo Capanema de Souza Cubas

Raphael Philipe Moura

Rebeca Virginia Escobar Villagra

Renata Gomes Rimes de Almeida

Sérgio da Costa Peixoto

Thaina Di Masi



**O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação bimestral da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha naquela da avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Informações:**

Tel: (21) 2334-4929

**Home Page:** <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega, n º 42 - 2º andar

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.070 - 000



## SUMÁRIO

Apresentação .....	7
RESUMO EXECUTIVO .....	10
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro .....	14
II. Resultado Fiscal .....	16
II.1 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA .....	16
II.2 Resultado Orçamentário com RIOPREVIDÊNCIA .....	18
II.3 Resultado Primário .....	21
III. Receita Estadual .....	22
III.1 Receitas Correntes .....	22
III.1.1 Receita Tributária .....	23
III.1.1.1 Arrecadação de ICMS por Setor Econômico .....	25
BOX 1 – Panorama Econômico ERJ.....	26
III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties.....	28
III.1.3 Receita de Transferências .....	29
III.1.4 Demais Receitas Correntes .....	30
III.2 Receitas de Capital .....	32
IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro .....	35
IV.1 Despesa por Fonte de Recurso .....	37
IV. 2 Despesa por grupo .....	38
IV. 3. Despesa por área de governo .....	43
- Índices Constitucionais.....	44
IV. 3.1 Educação .....	45
IV. 3.2 FAPERJ .....	46
IV. 3.3 Saúde.....	47
IV. 3.4 FEHIS.....	48
IV. 3.5 FECAM .....	49



BOX 2 – Gestão Ambiental: Comparativo entre os gastos com Prevenção e Controle de Danos Ambientais X Despesas Emergenciais .....	50
BOX 3 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM SEGURANÇA .....	52
BOX 4 – BILHETE ÚNICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....	54
V. Administração Financeira.....	57
V.1 Cota Financeira .....	57
V.2. Pagamento de PD's .....	58
BOX 5 – Melhorias no Controle Interno via SIAFEM .....	59
V.3. Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	60
BOX 6 – Comitê de Investimento .....	62
V.4. Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos .....	63
BOX 7 - Cadastro de Instalações e Consumo de Energia Elétrica, Controle de pagamentos às Concessionárias e Histórico de Pagamentos às Concessionárias .....	66
V. 5. Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados.....	67
V.5.1. Reabertura de prazo para adesões ao Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar .....	69
BOX 8 – Servidora do Tesouro Estadual ganha Prêmio Ministro Gama Filho, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado .....	70
V.6. Requisições Judiciais de Pagamento.....	71
V. 7. Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública .....	72
V.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios .....	76
BOX 9 – Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP/SEFIP .....	78
V.9. Sistema de Gestão de Qualidade na Subsecretaria de Finanças .....	79
BOX 10 –SUBPORTAL DO TESOURO ESTADUAL .....	83



## ANEXOS

Anexo 1 – Despesas por Grupo

Anexo 2 – Despesas por Fonte de Recurso

Anexo 3 – Despesas por Órgão

Anexo 4 – Despesas de Pessoal por Órgão

Anexo 5 – Despesas de Custeio por Órgão

Anexo 6 – Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras por Órgão

Anexo 7 – Despesa Liquidada por Função - Fontes Tesouro e Outras Fontes

Anexo 8 – Execução Orçamentária Mai-jun/2009-2010 Programa de Aceleração do Crescimento

Anexo 9 – Execução Orçamentária Mai-jun /2009-2010 Secretaria de Saúde e Defesa Civil



## Apresentação

Este é o décimo sétimo número do boletim bimestral de transparência fiscal preparado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o quinto referente ao exercício de 2010. Seu objetivo continua sendo o de aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas vertentes, a saber: a primeira liga-se à solvência e previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita. Ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo (suspensão de transferências voluntárias, por exemplo). O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, o cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança.

A segunda dimensão diz respeito à aplicação dos recursos, cumprindo a Lei (e.g., vinculações) e

*É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.*



procurando alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

O boletim procura proporcionar esses detalhes com rapidez, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade. Este canal se conjuga com inovações como a publicação de todas as Programações de Despesa (PD's) na internet em menos de três dias depois de efetuado seu pagamento, o que também facilita o acompanhamento aberto pela sociedade da aplicação dos recursos públicos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 22/11/2010.

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intratorçamentárias.

A análise da administração da Dívida Pública tomou por base o valor do empenho efetivamente pago.

Nesta edição do Boletim, assim como em todas a partir de 2009, deixou-se de incluir os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE e da Imprensa Oficial do Estado - IO, nas contas do Estado, pois essas empresas são não-dependentes, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Boletim é dividido em cinco seções, além desta apresentação. As duas seções iniciais fazem uma

*O Boletim procura dar, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade*

*Nesta edição do boletim, assim como em todas a partir de 2009, não se apresentam os resultados da CEDAE como parte das contas do Estado, uma vez que a empresa foi declarada “não dependente” de acordo com as regras da LRF.*



breve análise dos agregados fiscais e das metas correspondentes. A terceira seção analisa a evolução das diversas rubricas de receita e inclui um resumo da evolução dos principais indicadores econômicos do Estado. A quarta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, notadamente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e conservação do Meio Ambiente, assim como demonstrativos da execução do PAC e do DER. Por fim, a quinta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.



## RESUMO EXECUTIVO

**O quinto bimestre de 2010** manteve a tendência observada no semestre anterior: a superação das metas de arrecadação da receita. No total, as metas foram superadas em 6,2%, impulsionadas, sobretudo, pelas receitas correntes. Com isso, a Secretaria de Estado de Fazenda vem garantindo os recursos necessários ao pleno funcionamento das funções do Estado do Rio de Janeiro. O crescimento da receita vem sendo impulsionado principalmente pelo ICMS, pelas receitas patrimoniais (CFTs) e por receitas de capital.

**Os resultados orçamentário** (+R\$1.516,26 milhões) e **primário** (+R\$2.706,06 bilhões) acumulados até o quinto bimestre sofreram influência significativa do déficit sazonal do RIOPREVIDENCIA.

**A evolução favorável das receitas estaduais é decorrente principalmente do crescimento nominal de 19,3% na arrecadação do ICMS** no acumulado do ano e pela melhoria das receitas de patrimoniais (CFT's) que representam incremento de 54,9% no bimestre e 18% no acumulado. O crescimento do ICMS é fruto da recuperação econômica e das ações de fiscalização da Secretaria de Estado de Fazenda.

**As Receitas de Transferência** têm crescido em ritmo menor no acumulado (+9,7%), embora com significativa recuperação no bimestre (+13,2%).

**As receitas de capital** apresentaram significativo crescimento no bimestre (+164,3), mantendo o bom desempenho no acumulado (+162,4%), devido principalmente aos recebimento pelo Estado de recursos oriundos de várias operações de crédito, bem como transferências de capital da União.

**No âmbito das despesas**, as metas de execução que demonstram as despesas pagas no período (Art. 8º da LRF), mantiveram comportamento idêntico ao do bimestre anterior, superando a meta estabelecida no Cronograma de Desembolso em 6,5%, decorrente, em parte, do aumento da oferta de serviços, suportados com certa folga pela Receita realizada no exercício e pelo saldo de Caixa apurado no final de 2009, destinado ao pagamento de RP.

Ao final do 5º bimestre a despesa total prevista para o exercício atinge R\$ 50,96 bilhões, pela incorporação de + R\$5,42 bilhões, em sua maior parte oriundos de excesso de arrecadação de recursos do Tesouro, os quais foram basicamente destinados a investimentos em programas estratégicos do Governo.

No acumulado do ano, as despesas de Pessoal e Encargos requereram mais 15,39% , quando comparadas à igual período de 2009, refletindo o reajuste concedido a 348 mil servidores a partir de julho deste ano, além do pagamento de gratificações e incentivos, concedidos a profissionais da área de Segurança e a incorporação do projeto “Nova Escola”. Somente a área



fazendária registrou um incremento de R\$201,86 milhões, dos quais R\$123,66 milhões se referem ao Pagamento da Prestação Pecuniária (PPE) aos servidores do quadro de fiscalização.

As **despesas de Custeio** cresceram R\$2,34 bilhões (+17,3%) até o 5º bimestre de 2010 quando comparado a 2009. O principal responsável por essa elevação foi o Poder Executivo, pois este correspondeu com 40,3% da variação total. O poder discricionário do Estado está evidenciado nos gastos das seguintes funções: Transporte (+97,08%); Educação (+30,49%); e Saúde (+26,66%), onde foram destinados + R\$551,24 milhões para as 41 UPAS instaladas e para a expansão da oferta dos serviços médico-hospitalares.

Com relação aos **investimentos**, o crescimento foi de 143,3% (+R\$2,01 bilhões) na comparação até outubro de 2009. Novamente, o Poder Executivo foi preponderante para alcançar o resultado, visto que representa 95,0% do incremento, ou seja, R\$1,92 bilhões. Nota-se, portanto, que as variações dos demais poderes, em termos absolutos, não afetaram significativamente a despesa total com investimentos. A execução do PAC, por sua vez, avançou 98,1% (+ R\$475,65 milhões), sobretudo nas funções Urbanismo e Habitação.

Fazem parte desta edição comentários específicos sobre aplicações do Estado nas áreas **Gestão Ambiental, Segurança Pública e Bilhete Único**, projeto capaz de reduzir diretamente os custos de transporte do trabalhador e, consequentemente, desonerar a folha de pagamentos do empregador, sendo que até outubro de 2010, o Estado já gastou R\$148,6 milhões com o subsídio.

Quanto à **Gestão Ambiental** destaca-se a análise das despesas realizadas com prevenção e controle de danos ambientais, comparando-as com os gastos em ações emergenciais.

Na área de **Segurança Pública**, as despesas tiveram crescimento real de 37,9% no período 2001-2010, o que vem sendo refletido na redução dos indicadores de violência no Estado.

No que tange à administração financeira estadual, verificou-se que o índice de utilização da Cota Financeira liberada – nas Fontes de Recursos – FR sob a gestão do Tesouro Estadual – foi elevado de 93,97% até o 3º bimestre, para 97,18% até o 4º bimestre, resultado dos ajustes efetuados na metodologia de cancelamento do saldo não utilizado a cada mês e a consequente melhoria do planejamento financeiro das áreas.

O percentual das obrigações pagas em relação à cota financeira utilizada também manteve-se alto, 92,15%.

No 4º bimestre, o prazo médio de pagamentos, após a emissão da Programação de Desembolso - PD foi de cerca de 15 dias. Sendo que aproximadamente 100% das PD's emitidas pelas áreas prioritárias, foram quitadas em até 30 dias.



Os fundos, nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, mantiveram bom desempenho nesse período, obtendo em média 99% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – *benchmark* dos fundos).

Já na execução de despesas com serviços públicos essenciais incluídos no Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias - SIPC<sup>1</sup>, até o 4º bimestre, foram empenhados aproximadamente R\$ 95 milhões, tendo sido quitados cerca de 95% dessa importância.

No total, até o mês de agosto, o Tesouro Estadual desembolsou R\$ 137 milhões com serviços públicos essenciais prestados pelas concessionárias aos órgãos e às entidades estaduais.<sup>2</sup> Esse montante corresponde aproximadamente a 82% do total faturado pelas concessionárias neste período.

Conforme estabelecido no cronograma de pagamento semestral do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar processados – RPP's, instituído pelo Decreto nº 40.874/2007, cujas datas de pagamento previstas são maio e novembro, não houve quitação neste bimestre.

Quanto ao pagamento de precatórios, tendo em vista que o Estado continua aguardando o levantamento do estoque de precatórios pelos Tribunais, para que possam ser aplicadas as novas regras de pagamento, introduzidas pela EC. 62, no 4º bimestre, continuou-se apenas honrando com os acordos de parcelamentos de precatórios, firmados no exercício passado, que totalizaram um desembolso de R\$ 22,1 milhões. Contudo, neste período, foram pagas 331 requisições de pequeno valor, totalizando R\$ 2.191.024,39.

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 583 milhões com o serviço da dívida<sup>3</sup>, no 4º bimestre de 2010, 4,6% superior ao valor pago no 3º bimestre.

O estoque da Dívida Financeira somou R\$ 55 bilhões, já o estoque da dívida externa, que corresponde a 3,98% do total da dívida financeira, encerrou o bimestre com o saldo de R\$ R\$ 2,16 bilhões, 1,55% menor que o verificado no terceiro bimestre de 2010, refletindo a valorização do real frente ao dólar. Foram liberados R\$ 2,14 milhões de receita de operações de créditos (Tabela 41). Desse montante, R\$ 1,6 milhão, foram destinados para o Programa de Modernização da Administração Estadual II – PMAE II (recursos provenientes do BNDES); 200 mil, para o Programa de Modernização da Administração Estadual – PMAE (recursos provenientes do BNDES); e, 354 mil, ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J. – PROFAZ (recursos provenientes do BID).

<sup>1</sup> O SIPC foi criado por meio do Decreto 35.670/2004

<sup>2</sup> Estão incluídas nesse total apenas as despesas executadas com Fontes de Recursos do Tesouro disponibilizadas no Programa de Trabalho – Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública.

<sup>3</sup> Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.



Concernente às transferências voluntárias de recursos, o Estado do Rio de Janeiro encerrou o 4º bimestre de 2010 com 419 Convênios de Receita e 698 Convênios de Despesa vigentes.<sup>4</sup>

Por fim, cabe destacar que buscando efetivar uma modernização institucional, a Subsecretaria de Finanças (SUBFIN) está na fase final do processo de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade com a finalidade de obter o certificado da norma NBR ISO 9001:2008, já tendo passado pelo primeiro processo de auditoria interna.

---

<sup>4</sup> Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais.



## I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais<sup>5</sup> de arrecadação para 2010 foram divulgadas através da Resolução SEFAZ nº 276/2010, publicada em fevereiro deste ano.

As receitas totais dos primeiros dez meses do ano extrapolaram em 6,2% o total projetado, enquanto a meta para o quinto bimestre foi superada em 7,3%.

A análise das categorias da receita mostra que as Receitas Correntes superaram a meta bimestral em 9,6% e a meta para acumulado do ano em 12,1%. Tal comportamento é resultado principalmente de: i) aumento da “Receita Tributária” (+18,7% no bimestre e +18,4% no acumulado do ano, comparadas ao mesmo período de 2009) decorrente do crescimento da arrecadação do ICMS, principal imposto estadual; e ii) ligeiro aumento da “Receita Patrimonial” (+17,1% no bimestre e 43,1% no acumulado), consequência do acréscimo da receita de CFT’s neste bimestre. Para mais detalhes, ver seção III.1.1.

O valor negativo na rubrica Receita Industrial está diretamente relacionada a reclassificação de receita. (detalhes na seção III.1.4).

Cabe lembrar que as metas bimestrais já levam em conta as receitas provenientes do recebimento dos valores devidos por concessionárias de petróleo na esteira do termo de acordo celebrado com a interveniência da AGU (Advocacia Geral da União) e da ANP (Agência Nacional de Petróleo),

**Tabela 1**

METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA 2010  
(art 8º da LRF)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET-OUT) 2010	RECEITA REALIZADA (SET-OUT) 2010	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN-OUT) 2010	RECEITA REALIZADA (JAN-OUT) 2010	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA	R\$ milhões
							REC. CORRENTES
TRIBUT.	4.313,31	4.703,42	109,0%	21.566,74	23.832,87	110,5%	6.067,70
CONTRIB.	144,90	162,76	112,3%	724,51	792,45	109,4%	
PATRIM.	575,12	667,27	116,0%	6.170,91	7.100,00	115,1%	
AGROPEC.	0,03	0,02	62,1%	0,16	0,14	87,9%	
INDUST.	0,24	-2,36	-986,7%	1,19	0,19	16,3%	
SERV.	53,26	59,78	112,2%	264,49	275,47	104,2%	
TRANSF. CORR.	805,36	834,07	103,6%	4.243,48	4.169,19	98,2%	
OUTRAS	175,47	222,89	127,0%	836,14	1.712,57	204,8%	
<b>REC. CAPITAL</b>	<b>662,90</b>	<b>572,13</b>	<b>86,3%</b>	<b>3.808,53</b>	<b>2.077,58</b>	<b>54,6%</b>	
OPER. CRÉDITO	309,26	274,25	88,7%	1.546,32	1.237,99	80,1%	
ALIEN. BENS	100,01	0,02	0,0%	800,04	39,65	5,0%	
AMORT. EMPRÉST.	22,38	24,46	109,3%	119,11	127,70	107,2%	
TRANSF. CAP.	224,61	273,41	121,7%	1.306,18	672,23	51,5%	
OUTRAS	6,65	0,00	0,0%	36,87	0,00	0,0%	
<b>Total</b>	<b>6.730,60</b>	<b>7.219,97</b>	<b>107,3%</b>	<b>37.616,13</b>	<b>39.960,47</b>	<b>106,2%</b>	

*As Receitas Correntes superaram a meta bimestral em 9,6%, efeito do aumento da arrecadação do ICMS, e das Receitas Patrimoniais.*

<sup>5</sup> As metas bimestrais aqui divulgadas excluem as receitas intra-orçamentárias.



relativas à pendência de pagamento de participações especiais sobre a produção do campo de Marlim, alusivos principalmente ao período anterior a 2002.

A maioria das Receitas Correntes superou as metas bimestrais, exceto a Receita Agropecuária e a Industrial, que arrecadaram, respectivamente, 1.086,71% e 37,94 abaixo das expectativas. Contudo, estas duas receitas têm baixa participação relativa no total das receitas correntes, influenciando muito pouco em sua variação.

As receitas de capital, por sua vez, não atingiram as metas estabelecidas tanto para o acumulado no ano, quanto para o quinto bimestre (-45,4% e -13,7%, respectivamente). Apenas as metas para receitas de “Amortização de Empréstimo” foram superadas nos dois períodos (+9,32% no bimestre e +7,21% no acumulado), enquanto que as “Transferências de Capital” excederam apenas a meta bimestral (+21,73%), mas não alcançaram a meta acumulada (-48,53%). As receitas de capital restantes tiveram desempenho abaixo da meta.

A despesa paga até o mês de outubro de 2010 ultrapassou em 6,5% a meta estabelecida no Cronograma de Desembolso Financeiro divulgado pela Resolução SEFAZ nº 277, de 03 de fevereiro de 2010.

Mantendo a mesma performance do bimestre anterior, o gasto a maior ocorreu na rubrica Outras Despesas Correntes, grande parte decorrente do aumento da oferta de serviços.

Compensando o percentual excedido em Outras Despesas Correntes, tem-se uma execução mais conservadora nas despesas de pessoal, embora estas incluam o pagamento dos reajustes salariais

**Tabela 2**

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF)\*  
ESTADO DO RIO DE JAN-OUT 2010

Em R\$ milhões

GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXEC. 2010**	DESP. ORÇAM. REALIZADA JAN-OUT***	RP 2009 PAGO**	DESP. TOTAL REALIZ. JAN-OUT 2010	% REALIZ.
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	9.307	8.779	607	9.386	100,8%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.309	22.094	954	23.048	113,5%
INVEST /INVERSÕES	3.601	3.049	412	3.461	96,1%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZ.	3.241	2.945		2.945	90,9%
<b>TOTAL</b>	<b>36.458</b>	<b>36.867</b>	<b>1.972</b>	<b>38.839</b>	<b>106,5%</b>

\*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial as despesas intra-orçamentárias/ Considerada a despesa paga

\*\*Fonte: Resolução SEFAZ nº 277

\*\*\*Fonte: SIG em 23/11/2010

Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2009.



concedidos em julho próximo findo. O pagamento do serviço da dívida, por conta da variação cambial, também requereu menor soma de recursos.

No acumulado do ano, pagou-se R\$ 36,86 bilhões que representam 95,8% da despesa liquidada no período, demonstrando a celeridade de execução das Programações de Desembolso (PDs) emitidas pelos diversos órgãos, desempenho compatível com a execução orçamentária do período.

Paralelamente, já foram saldados 81,2% do valor inscrito em Restos a Pagar no encerramento do exercício de 2009, dos quais 77,4% já haviam sido pagos no 1º quadrimestre deste ano.

## II. Resultado Fiscal<sup>6</sup>

### II.1 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Quando desconsiderados estaduais, os resultados fiscais do quinto bimestre de 2010 apresentaram saldo negativo de R\$248,93 milhões, redução de 1.352,8% em relação ao mesmo período de 2009. Este resultado é consequência do aumento da Despesa Total (+28,3%) em maior magnitude que a Receita Total (+24,0%). Quanto ao resultado acumulado até outubro, foi apurado aumento de 40,6% (vide tabela 3).

Os incrementos verificados neste bimestre nas contas de despesa de Pessoal (+24,9%), Demais Correntes (+24,4%) e Investimentos (+68,1%) são os principais responsáveis pelo aumento de R\$1,497 bilhão das Despesas Totais no bimestre em relação ao mesmo período de 2009.

**Tabela 3**

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - COM E SEM RIOPREVIDÊNCIA  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN OUT)		var %
	2009	2010		2009	2010	
<b>I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)</b>	<b>5.264,91</b>	<b>6.529,65</b>	<b>24,0%</b>	<b>28.354,51</b>	<b>35.055,42</b>	<b>23,6%</b>
I.1 RECEITA CORRENTE	5.064,75	5.972,26	17,9%	27.637,01	33.053,02	19,6%
I.1.1 Tributária	3.962,88	4.703,42	18,7%	20.125,81	23.832,87	18,4%
I.1.2 Patrimonial	132,93	163,89	23,3%	2.410,51	3.126,25	29,7%
I.1.3 Transferências	736,73	834,07	13,2%	3.800,41	4.169,19	9,7%
I.1.4 Demais Correntes	232,20	270,89	16,7%	1.300,28	1.924,70	48,0%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	200,16	557,39	178,5%	717,51	2.002,40	179,1%
<b>II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)</b>	<b>5.282,04</b>	<b>6.778,58</b>	<b>28,3%</b>	<b>25.991,72</b>	<b>31.732,49</b>	<b>22,1%</b>
II.1 DESPESA CORRENTE	4.454,49	5.466,09	22,7%	23.451,56	27.217,21	16,1%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	1.599,77	1.997,32	24,9%	7.844,58	9.158,37	16,7%
II.1.2 Demais Correntes	2.455,47	3.054,99	24,4%	13.678,64	16.116,10	17,8%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	399,24	413,78	3,6%	1.928,34	1.943,47	0,8%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	827,55	1.312,49	58,6%	2.540,16	4.515,28	77,8%
II.2.1 Invest.	561,56	944,03	68,1%	1.402,18	2.946,98	110,2%
II.2.1.1 Obras e Instalações	404,08	770,19	90,6%	1.065,17	2.102,88	97,4%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	20,66	6,95	-66,4%	34,17	486,30	1.323,0%
II.2.1.3 Demais Investimentos	136,82	166,89	22,0%	302,84	357,80	18,2%
II.2.2 Inv. Financ.	7,82	71,80	817,6%	106,70	106,56	-0,1%
II.2.3 Amort. Dívida	258,17	296,66	14,9%	1.031,28	1.001,69	-2,9%
<b>RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)</b>	<b>-17,13</b>	<b>-248,93</b>	<b>-1.352,8%</b>	<b>2.362,80</b>	<b>3.322,93</b>	<b>40,6%</b>
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	603,08	690,32	14,5%	3.369,35	4.905,05	45,6%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.225,44	1.484,48	21,1%	5.963,16	6.711,71	12,6%
<b>RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)</b>	<b>-622,36</b>	<b>-794,16</b>	<b>-27,6%</b>	<b>-2.593,81</b>	<b>-1.806,67</b>	<b>30,3%</b>
<b>RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)</b>	<b>-639,50</b>	<b>-1.043,09</b>	<b>-63,1%</b>	<b>-231,02</b>	<b>1.516,26</b>	<b>756,3%</b>

<sup>6</sup> O resultado fiscal exclui as receitas e as despesas intra-orçamentárias.



O aumento das Despesas de Pessoal é decorrente do reajuste salarial em todas as esferas de poder, concentrado no executivo nas áreas de Segurança, Educação e Fazenda. Já as Demais Despesas Correntes têm seu aumento relacionado ao acréscimo de receitas, uma vez que correspondem fundamentalmente a despesas não-discricionárias (que são vinculadas às receitas, como os repasses aos municípios). Por fim, o crescimento dos gastos com Investimento está intimamente ligado à execução de obras do PAC. Para detalhes sobre as despesas ver seções IV.2 e IV.3.4.

Sobre as Receitas Totais, neste 5º bimestre foi verificado acréscimo de R\$1,265 bilhões, alavancado majoritariamente pelo aumento das receitas tributárias (+18,7%) e das receitas de capital (+178,5%). As primeiras são resultado da melhoria na arrecadação de ICMS (detalhes na seção III.1.1); já as receitas de capital foram influenciadas pelo aumento dos desembolsos de operações de crédito e das transferências de capital (detalhes na seção III.2).

É importante destacar o aumento de 23,3% (R\$30,95 milhões) das Receitas Patrimoniais, efeito especialmente do aumento das receitas de CFT's e de aplicações financeiras. A redução dos rendimentos do petróleo é compensada pelos aumentos destas receitas citadas (ver seção III.1.2).

Em referência ao aumento de 817,6% da Despesa de Inversões financeiras (+R\$64 milhões) – apesar de sua pouca representatividade no total das despesas – deve-se realçar o dispêndio de R\$64,8 milhões em Concessão de Empréstimos e Financiamentos. No acumulado do ano, os resultados são praticamente iguais ao do ano anterior.



Quanto à redução de 66,4% da despesa de Indenizações e Restituições – que também não tem muita importância relativa no total de despesas – é destacável a redução dos gastos em Restituição em mais de R\$19 milhões. No acumulado até outubro, o aumento de 1.323% desta despesa é reflexo do pagamento ao Banco do Brasil referente à operação de cessão de direitos de receitas de Participação Especial do campo de Marlim, realizada em Novembro de 2009. Cabe enfatizar que tais receitas são procedentes do acordo firmado com a interveniência da AGU e da ANP (Agência Nacional de Petróleo), relativas à pendência de pagamento de participações especiais sobre a produção do campo de Marlim, referentes especialmente ao período anterior a 2002.

## II.2 Resultado Orçamentário com RIOPREVIDÊNCIA

O resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA no quinto bimestre de 2010 sofreu redução de 27,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, alcançando saldo negativo de R\$791,84 milhões (tabela 4). Este resultado é decorrente do aumento de R\$259 milhões das despesas do fundo, enquanto as receitas cresceram apenas 14,5%.

O incremento no dispêndio foi concentrado em aposentadorias e pensões (+R\$ 167,22 milhões) e sentenças judiciais (+R\$80,77 milhões) e representou 95,7% do crescimento no bimestre.

Já o resultado orçamentário geral, ou seja, considerando o RIOPREVIDÊNCIA<sup>7</sup>, apresentou queda de 63,1% em relação ao mesmo período de 2009, atingindo novamente montante negativo (-

Tabela 4

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (COM O RIOPREVIDÊNCIA)  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SET-OUT 2009/ SET-OUT 2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		var %
	2009	2010		2009	2010	
<b>I. RECEITA TOTAL (A)</b>	<b>5.867,99</b>	<b>7.219,97</b>	<b>23,0%</b>	<b>31.723,87</b>	<b>39.960,47</b>	<b>26,0%</b>
I.1 RECEITA CORRENTE	5.651,50	6.647,84	17,6%	30.932,21	37.882,89	22,5%
I.1.1 Tributária	3.962,88	4.703,42	18,7%	20.125,81	23.832,87	18,4%
I.1.2 Patrimonial	570,00	667,27	17,1%	4.962,04	7.100,00	43,1%
I.1.3 Transferências	736,73	834,07	13,2%	3.800,41	4.169,19	9,7%
I.1.4 Demais Correntes	381,90	443,09	16,0%	2.043,96	2.780,83	36,1%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	216,48	572,13	164,3%	791,65	2.077,58	162,4%
<b>II. DESPESA TOTAL (B)</b>	<b>6.507,48</b>	<b>8.263,06</b>	<b>27,0%</b>	<b>31.954,88</b>	<b>38.444,21</b>	<b>20,3%</b>
II.1 DESPESA CORRENTE	5.678,50	6.948,68	22,4%	29.411,47	33.916,08	15,3%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	2.782,06	3.347,92	20,3%	13.493,76	15.623,33	15,8%
II.1.2 Demais Correntes	2.497,20	3.186,97	27,6%	13.989,38	16.350,01	16,9%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	399,24	413,78	3,6%	1.928,34	1.943,47	0,8%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	828,98	1.314,38	58,6%	2.543,41	4.528,13	78,0%
II.2.1 Invest.	562,99	945,92	68,0%	1.405,43	3.419,88	143,3%
II.2.1.1 Obras e Instalações	405,36	772,00	90,4%	1.068,23	2.115,29	98,0%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	20,66	6,95	-66,4%	34,17	486,30	1.323,0%
II.2.1.3 Demais Investimentos	136,96	166,97	21,9%	303,02	818,30	170,0%
II.2.2 Inv. Financ.	7,82	71,80	817,6%	106,70	106,56	-0,1%
II.2.3 Amort. Dívida	258,17	296,66	14,9%	1.031,28	1.001,69	-2,9%
RES. ORÇAM. (A-B)	<b>-639,50</b>	<b>-1.043,09</b>	<b>-63,1%</b>	<b>-231,02</b>	<b>1.516,26</b>	<b>756,3%</b>
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	603,08	690,32	14,5%	3.369,35	4.905,05	45,6%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.224,99	1.482,16	21,0%	5.961,03	6.708,84	12,5%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	<b>-621,91</b>	<b>-791,84</b>	<b>-27,3%</b>	<b>-2.591,68</b>	<b>-1.803,79</b>	<b>30,4%</b>
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)-(C-D)	<b>-17,59</b>	<b>-251,25</b>	<b>-1328,5%</b>	<b>2.360,67</b>	<b>3.320,05</b>	<b>40,6%</b>

<sup>7</sup> As receitas e despesas do Rio Previdência foram retiradas das respectivas rubricas orçamentárias apenas na tabela 3 deste boletim.



R\$1.043,09 milhões), reflexo dos resultados apresentados anteriormente aliados ao maior crescimento das despesas totais frente às receitas de 2009.

As receitas totais tiveram acréscimo de 23% em relação ao apurado no 5º bimestre de 2009 e de 26% no acumulado do ano. Este saldo é consequência do crescimento de 17,6% das Receitas Correntes no bimestre (e +22,5% no ano), que se deu majoritariamente pelo aumento das Receitas Tributárias (+18,7% no bimestre e +18,4% no ano) e Patrimonial (+17,1% no 5º bimestre e 43,1% no acumulado do ano). Os motivos são, respectivamente, o incremento do ICMS verificado ao longo de todo ano e o aumento das receitas de CFT's neste bimestre, além dos bons saldos do petróleo até nos dois primeiros quadrimestres (ver seções III.1.1 e III.1.2).

A elevação das Receitas de Capital também teve contribuição fundamental no aumento das Receitas Totais. No 5º bimestre, foi observado aumento de 164,3% desta receita, resultado do crescimento dos desembolsos de operações de crédito e das transferências de convênios da União (detalhes na seção III.2).

As Transferências Totais apresentaram crescimento de 13,2% no bimestre (+9,7% no acumulado anual), efeito da variação positiva da receita do FUNDEB (+R\$38,67 milhões) e das demais transferências da União (+R\$48,89 milhões). Esses acréscimos compensaram a redução de 14,7% das transferências do SUS (- R\$18,13 milhões), decorrente da adoção da Gestão Plena de recursos do SUS repassados aos municípios (pormenores na seção III.1.3).

As Demais Receitas Correntes também apresentaram crescimento (+16,0% no bimestre;

*O resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA no quinto bimestre de 2010 foi 27,3% menor que o obtido no mesmo período em 2009.*



+36,1% no acumulado), resultado principalmente da arrecadação de créditos da dívida ativa, multas e juros de mora neste ano com o REFIS<sup>8</sup>, que mudou o patamar de arrecadação de dívida ativa. Neste bimestre, houve aumento de R\$39,32 milhões (+212,6%) da receita de dívida ativa em relação ao mesmo período de 2009; no acumulado, a variação positiva foi de R\$189,69 milhões (+50,5%). Também merece destaque o significativo incremento da receita de Multas e Juros de Mora (+R\$334 milhões), que representou +135,4% em relação ao acumulado até outubro do ano anterior (vide seção III.1.4).

Sobre as despesas totais, verifica-se aumento de 27% no 5º bimestre de 2010 se comparado ao mesmo período do ano anterior (no acumulado até outubro, crescimento de 20,3%). As despesas correntes, que representaram 84,0% das despesas totais, cresceram 22,4% neste bimestre (e 15,3% no acumulado).

As despesas de “Pessoal e Encargos Sociais”<sup>9</sup> tiveram incremento de 20,3% no bimestre e 15,8% no acumulado anual por conta de ajustes salariais, principalmente nas áreas de Segurança, Educação e Fazenda. Esta última se destaca pela execução do projeto de Gestão e Modernização da Administração Fazendária.

As demais despesas correntes apresentaram crescimento de R\$689,77 milhões neste quinto bimestre (+27,6%) e de R\$2.360,63 milhões no acumulado do ano (+16,9%). Esses resultados correspondem fundamentalmente aos acréscimos

<sup>8</sup> A Lei Estadual nº 5.647/2010 instituiu incentivos a pagamentos de débitos tributários ou não, por meio de um sistema de parcelamento com anistia proporcional. Sua regulamentação está prevista no Decreto Estadual nº 42.316/2010, reformado pelo Decreto Estadual nº 42.395/2010, e na Resolução PGE nº 2.771/2010, complementada pela Resolução Conjunta SECC/PGE Nº 32/2010.

<sup>9</sup> Nesta seção, “Pessoal e Encargos Sociais” inclui gastos com Inativos e Pensionistas.



nas despesas não-discretionárias (ver detalhes na seção IV.2).

Sobre as despesas de capital, que representaram 19,4% das despesas totais, observa-se variação positiva de 58,6% no bimestre e 78% no acumulado anual. Estes totais são resultado principalmente do expressivo incremento nos investimentos em obras e instalações que, por sua vez, estão intimamente relacionados aos projetos do PAC. Neste bimestre, a execução de obras do Projeto de Aceleração do Crescimento teve aumento de 98,1% em relação ao mesmo período do ano passado (+R\$475,65 milhões). Para maiores detalhes, ver seção IV.2.

### II.3 Resultado Primário<sup>10</sup>

O resultado primário do quinto bimestre de 2010, excluídos os totais do RIOPREVIDÊNCIA, atingiu o montante de R\$145,73 milhões – redução de 70,7% em comparação ao mesmo período de 2009. No acumulado até outubro, o apurado em 2010 foi R\$237,05 milhões menor que o ano passado, o que representa queda de 4,9% (ver tabela 5).

O resultado primário positivo no bimestre é implicação da maior arrecadação das receitas não financeiras (R\$6,147 bilhões) frente às despesas não financeiras (R\$6,001 bilhões). Entretanto, tal resultado é inferior ao do mesmo período de 2009 porque, em termos relativos, as despesas não financeiras cresceram mais que as receitas não financeiras (+29,8% e +20,1%, respectivamente), refletindo os já citados aumentos nas despesas correntes e nos investimentos.

**As despesas de capital variaram positivamente em ambos os períodos (+58,6% no bimestre e +77,8% no acumulado), explicados por variação explosiva nas despesas com investimento em obras e instalações.**

**Tabela 5**

RESULTADO PRIMÁRIO - COM E SEM RIOPREVIDÊNCIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		var %	R\$ milhões
	2009	2010		2009	2010		
RECEITA S/ RIOPREV. (A)	5.284,91	6.529,65	24,0%	28.354,51	35.055,42	23,6%	
RECEITAS FINANCEIRAS S/ RIOPREV. (B)	145,50	382,76	163,1%	597,17	1.796,21	200,8%	
RECEITA NÃO-FINAN. S/ RIOPREV. (C)	5.119,41	6.146,89	20,1%	27.757,34	33.259,21	19,8%	
DESPESAS S/ RIOPREV. (D)	5.282,04	6.778,58	28,3%	25.991,72	31.732,49	22,1%	
DESPESAS FINANCEIRAS S/ RIOPREV. (E)	659,58	777,42	17,9%	3.034,55	3.036,41	0,1%	
DESPESA NÃO-FINAN. S/ RIOPREV. (F)	4.622,46	6.001,16	29,8%	22.957,16	28.696,08	25,0%	
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (C-F)	496,95	145,73	-70,7%	4.800,18	4.563,13	-4,9%	
RES. PRIMÁRIO RIOPREVIDÊNCIA (G)	-633,54	-805,04	-27,1%	-2.677,98	-1.857,07	30,7%	
RES. PRIM. C/ RIOPREV. (C-F) + (G)	-136,59	-659,31	-382,7%	2.122,20	2.706,06	27,5%	

<sup>10</sup> O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.



Já o resultado primário incluindo o RIOPREVIDÊNCIA atingiu o valor de -R\$659,31 milhões neste bimestre, decréscimo de 382,7%. No acumulado até outubro, o total apurado foi de R\$2,706 bilhões, aumento de 27,5%. A redução no bimestre foi mais acentuada considerando o fundo, uma vez que seu resultado foi negativo no bimestre, fruto da menor arrecadação de receitas oriundas do petróleo.

### III. Receita Estadual<sup>11</sup>

A arrecadação total do quinto bimestre aumentou em 23,0% se comparado ao mesmo período do ano anterior (Tabela 6). Quanto ao acumulado nos dez primeiros meses do ano, o aumento foi de 26,0%.

As receitas correntes obtiveram valor 17,6% maior no quinto bimestre em comparação ao período do ano anterior. Este resultado foi impulsionado pelo crescimento das receitas tributária (+R\$ 740,54 milhões), patrimonial (+R\$ 97,27 milhões) e transferências correntes (+R\$97,34 milhões). Já as receitas de capital aumentaram 164,3% no bimestre e 162,4% no acumulado (ver próximas seções).

O valor negativo na rubrica Receita Industrial está diretamente relacionada a reclassificação de receita. (detalhes na seção III.1.4).

#### III.1 Receitas Correntes

As receitas correntes elevaram-se 17,6% no quinto bimestre em relação ao mesmo período de 2009 (+R\$996,3 milhões), alcançando a cifra de R\$ 6.647,84 milhões. No acumulado do ano, tais receitas atingiram R\$ 37.882,89 milhões, aumento de 22,5%.

**Tabela 6**

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2009/ 2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		var %
	2009	2010		2009	2010	
TRIBUTÁRIA	3.962,88	4.703,42	18,7%	20.125,81	23.832,87	18,4%
CONTRIBUIÇÕES	139,19	162,76	16,9%	703,70	792,45	12,6%
PATRIMONIAL	570,00	667,27	17,1%	4.962,04	7.100,00	43,1%
AGROPECUÁRIA	0,01	0,02	43,3%	0,15	0,14	-8,6%
INDUSTRIAL	0,22	-2,36	-1184,5%	4,20	0,19	-95,4%
DE SERVIÇOS	55,18	59,78	8,3%	258,30	275,47	6,6%
TRANSF. CORR.	736,73	834,07	13,2%	3.800,41	4.169,19	9,7%
OUTRAS CORR.	187,30	222,89	19,0%	1.077,61	1.712,57	58,9%
REC. CORR.	5.651,50	6.647,84	17,6%	30.932,21	37.882,89	22,5%
REC. CAPITAL	216,48	572,13	164,3%	791,65	2.077,58	162,4%
<b>Total</b>	<b>5.867,99</b>	<b>7.219,97</b>	<b>23,0%</b>	<b>31.723,87</b>	<b>39.960,47</b>	<b>26,0%</b>

<sup>11</sup> Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do Rio Previdência.



As receitas tributárias são as mais representativas no total das receitas correntes. No quinto bimestre de 2010, elas alcançaram o montante de R\$4.703,42 milhões (+18,7% em relação ao mesmo período de 2009), representando 70,8% das receitas correntes. No acumulado do ano, o montante arrecadado de R\$23.832 milhões equivaleu a 62,9% do total das receitas correntes. (detalhes na seção III.1.1).

Segunda mais expressiva no grupo, a receita patrimonial correspondeu a 18,7% da receita corrente no acumulado de 2010. Entre setembro e outubro, atingiu o total de R\$667,27 milhões, crescimento de 17,1% em relação ao mesmo período de 2009 (ver seção III.1.2).

As receitas de transferências elevaram-se em 13,2% se comparadas ao quinto bimestre de 2009, atingindo o patamar de R\$ 834,07 milhões. Estas receitas são vinculadas à arrecadação da União e constitucionalmente garantidas; portanto, seu resultado positivo é reflexo da melhoria na economia brasileira e o consequente aumento da receita federal. No acumulado, o total verificado de R\$4.169,19 milhões representou aumento de 9,7%.

### III.1.1 Receita Tributária

A receita tributária do quinto bimestre de 2010 alcançou o total de R\$4.703,42 milhões, aumento R\$740,54 milhões em relação a 2009. Sobre o total acumulado, a variação foi de 18,4% (+R\$3,71 bilhões). Esses resultados positivos correspondem ao incremento do ICMS em R\$613,79 milhões (maiores detalhes na seção III.1.1.1) e de R\$ 73,37 milhões do IRRF no referido bimestre.

É necessário destacar o acréscimo de R\$73,37 milhões do Imposto de Renda (IRRF), variação positiva de 54,3% em relação a 2009. Cabe

*A Receita Tributária alcançou o montante de R\$ 4.703,42 milhões (+18,7%) e as Receitas de Transferências R\$ 834,07 milhões (+13,2%) no bimestre.*

**Tabela 7**

RECEITA TRIBUTÁRIA  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SET-OUT 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		var %
	2009	2010		2009	2010	
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.962,88	4.703,42	18,7%	20.125,81	23.832,87	18,4%
ICMS	3.181,15	3.794,95	19,3%	15.014,86	18.023,14	20,0%
Adicional do ICMS	333,11	384,14	15,3%	1.629,76	1.861,84	14,2%
IRRF	135,14	208,51	54,3%	781,24	1.101,09	40,9%
IPVA	96,85	75,33	-22,2%	1.437,18	1.340,82	-6,7%
ITD e ITBI	47,78	64,95	35,9%	235,44	358,71	52,4%
Taxas	168,85	175,56	4,0%	1.027,33	1.147,26	11,7%



destacar que neste bimestre de 2010 houve repasse pelo RIOPREVIDÊNCIA de atraso de cerca de R\$41 milhões em setembro, fato que não havia ocorrido em 2009. Esta é a razão para aumento substancial na receita deste imposto entre setembro e outubro deste ano.

Já o IPVA sofreu redução de 22,2% no 5º bimestre, além do decréscimo de 6,7% no acumulado de janeiro a outubro, ambos se comparados aos mesmos períodos de 2009. Estes resultados ainda são resposta à redução no preço médio dos automóveis da Tabela FIPE de 2010 frente a 2009, e da redução da alíquota para os carros bicompostíveis (*Flex*) de 4% para 3% (Lei 5653 de 06/01/2010).

Sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITD – foi constatada elevação de 35,9% no bimestre (+17,2 milhões); no acumulado dos dez meses do ano, esta receita aumentou 52,4% (+R\$123,27 milhões) em comparação ao mesmo período de 2009. O aumento é explicado pelo cruzamento de informações sobre doações declaradas no Imposto de Renda de Pessoa Física – principalmente em dinheiro – realizado no primeiro bimestre de 2010, mediante convênio com a Receita Federal do Brasil. Estes dados permitiram a regularização de diversos contribuintes. Além da quitação de débitos a vista, houve parcelamentos cujos recebimentos ocorrerão no restante deste ano e nos anos seguintes.

Por último, as receitas de Taxas tiveram crescimento de 4% em relação ao quinto bimestre de 2009 (+R\$6,7 milhões). Na comparação entre os dez primeiros meses de 2010 com 2009, o crescimento foi de 11,7% (R\$119,93 milhões). Deste montante, 69,2% (R\$ 83,05 milhões)

**Tabela 7.A**

EVOLUÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DE ARRECADAÇÃO DE ICMS  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	part % 2010	var % 10/09	R\$ milhões Contrib. para Cresc.
Telecomunicações	14,99%	7,0%	6,1%
Petróleo, combustíveis e gás natural	14,49%	35,6%	23,5%
Energia elétrica	12,37%	10,3%	7,1%
Mercados, lojas e magazines	6,70%	19,7%	6,8%
Metalurgia e siderurgia	5,75%	35,7%	9,4%
Bebidas	5,19%	28,1%	7,0%
Alimentação	4,47%	32,1%	6,7%
Veículos automotores	3,85%	11,2%	2,4%
Têxtil e vestuário	3,82%	33,4%	5,9%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	3,80%	16,8%	3,4%
Construção civil	3,59%	42,0%	6,6%
Química e petroquímica	3,28%	-9,4%	-2,1%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	2,94%	17,8%	2,7%
Madeira, papel e fumo (*)	2,82%	14,2%	2,2%
Eletroeletrônicos	1,98%	33,1%	3,0%
Transportes gerais e armazenagem	1,90%	-15,3%	-2,1%
Outras atividades econômicas	1,52%	66,8%	3,8%
Comunicação e informação	1,42%	12,0%	0,9%
Máquinas e equipamentos em geral	1,24%	27,0%	1,6%
Borracha e plástico	1,05%	46,8%	2,1%
Móveis e utensílios	0,96%	68,9%	2,4%
Médico-hospitalar e odontologia	0,82%	18,6%	0,8%
Informática e óptico	0,65%	9,4%	0,3%
Editorial, gráfica e publicidade (*)	0,40%	-20,2%	-0,6%
<b>Total das atividades econômicas</b>	<b>100,00%</b>	<b>19,29%</b>	<b>100,0%</b>

(\*) Houve reclassificação de algumas empresas.



correspondem somente a taxas de prestações serviços de trânsito do DETRAN.

### III.1.1.1 Arrecadação de ICMS por Setor Econômico

Sobre a distribuição setorial da arrecadação do ICMS, os dez setores produtivos com maior participação no bimestre setembro/outubro de 2010 equivalem a 78,4% do total arrecadado. De todos os setores somente três não contribuíram para o crescimento da arrecadação geral do imposto: os setores Químico e Petroquímico (-2,1%), Transportes gerais e armazenagens (-2,1%) e Editorial, gráfica e publicidade (-0,6%).

Quanto ao acumulado, o destaque é dado ao setor de petróleo, que teve crescimento de 39,3% em relação ao mesmo período do ano passado. Mercados, lojas e Magazines tiveram aumento de 39%; e o setor de metalurgia e siderurgia, sofreu aumento de 48,7% entre os anos (tabela 7.B).

No setor de petróleo o destaque é dado à fabricação de produtos de refino, que cresceu entre janeiro e outubro 25,2%, e extração de petróleo e gás, que variou 90,5%. Essas atividades representam no total arrecadado 45,8% e 20,5% respectivamente.

No setor de Mercados, grande parte do crescimento representa o trabalho nas operações de fiscalização no setor, bem como o sucesso do sistema ECF (Emissor de Cupom Fiscal), base para a implantação do concurso Cupom Mania. É importante destacar que as seções 'Lojas de departamentos' e 'Supermercados' têm representação expressiva dentro do setor de Mercados, Lojas e Magazines (47,4% e 33,3% respectivamente) e tiveram aumentos relevantes no ano: 49,5% e 29,1% respectivamente.

Tabela 7.B

ARRECADAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		part % 2010	var % 10/09	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		part % 2010	var % 10/09
	2009	2010			2009	2010		
Alimentação	128,50	169,77	4,5%	32,1%	609,75	818,31	4,5%	34,2%
Bebidas	153,63	196,83	5,2%	28,1%	778,64	949,76	5,3%	22,0%
Madeira, papel e fumo (*)	93,56	106,88	2,8%	14,2%	435,21	491,46	2,7%	12,9%
Editorial, gráfica e publicidade (*)	19,20	15,33	0,4%	-20,2%	43,11	57,13	0,3%	32,5%
Petróleo, combustíveis e gás natural	405,45	549,93	14,5%	35,6%	2.037,60	2.838,11	15,7%	39,3%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	123,49	144,26	3,8%	16,8%	591,06	664,23	3,7%	12,4%
Química e petroquímica	137,38	124,45	3,3%	-9,4%	614,27	583,67	3,2%	-5,0%
Borracha e plástico	27,04	39,69	1,0%	46,8%	128,14	156,20	0,9%	21,9%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	94,84	111,68	2,9%	17,8%	436,31	481,68	2,7%	10,4%
Metalurgia e siderurgia	160,84	218,33	5,8%	35,7%	595,79	885,73	4,9%	48,6%
Máquinas e equipamentos em geral	37,07	47,08	1,2%	27,0%	160,70	183,45	1,0%	14,1%
Veículos automotores	131,28	146,01	3,8%	11,2%	532,29	710,96	3,9%	39,6%
Eletroeletrônicos	56,41	75,07	2,0%	33,1%	184,80	312,34	1,7%	69,0%
Informática e óptico	22,51	24,62	0,6%	9,4%	74,05	90,88	0,5%	22,7%
Móveis e utensílios	21,57	36,42	1,0%	68,9%	72,84	130,25	0,7%	78,8%
Têxtil e vestuário	108,69	145,04	3,8%	33,4%	487,66	657,30	3,6%	34,8%
Energia elétrica	425,53	469,41	12,4%	10,3%	2.247,58	2.547,06	14,1%	13,3%
Mercados, lojas e magazines	212,49	254,26	6,7%	19,7%	835,33	1.161,08	6,4%	39,0%
Construção civil	95,96	136,26	3,6%	42,0%	435,37	546,30	3,0%	25,5%
Transportes gerais e armazenagem	85,16	72,14	1,9%	-15,3%	425,63	406,01	2,3%	-4,6%
Comunicação e informação	47,94	53,70	1,4%	12,0%	166,24	226,20	1,3%	36,1%
Telecomunicações	531,76	568,90	15,0%	7,0%	2.563,67	2.801,33	15,5%	9,3%
Médico-hospitalar e odontologia	26,24	31,12	0,8%	18,6%	110,09	122,78	0,7%	11,5%
Outras atividades econômicas	34,62	57,76	1,5%	66,8%	448,72	200,95	1,1%	-55,2%
<b>Total das atividades econômicas</b>	<b>3.181,15</b>	<b>3.794,95</b>	<b>100,0%</b>	<b>19,3%</b>	<b>15.014,65</b>	<b>18.023,14</b>	<b>100,0%</b>	<b>20,0%</b>

(\*) Houve reclassificação de algumas empresas.



Já no setor de Metalurgia Siderurgia, é relevante o crescimento da Produção de Laminados planos de aço e carbono (+78,1%) nos dez primeiros meses do ano. Tal produção representou 37,1% do total arrecadado no setor.

Esses resultados são consequência do aquecimento da indústria na economia fluminense. Apesar da crise financeira não ter atingido tão intensamente o Estado por este ter suas atividades concentradas no setor de serviços, a indústria está se recuperando e impulsionando o crescimento dos demais setores.

#### **BOX 1 – Panorama Econômico ERJ**

A produção na Indústria Geral fluminense diminuiu em setembro (-2,7%). Este movimento seguiu a tendência nacional, cuja produção na indústria geral diminuiu (-1,8%), assim como a produção na indústria de transformação (-1,9%). A queda na Produção Industrial Geral fluminense deveu-se basicamente à diminuição da Produção na Indústria de Transformação (-4,1%). Esta queda foi suavizada pelo desempenho da Produção na Indústria Extrativa, que cresceu (3,5%), no período. Comparando com igual período do ano anterior, tanto a Produção na Indústria de Transformação brasileira quanto a fluminense acumularam alta da ordem de 5,5% no mês de setembro.

As vendas do comércio varejista no mês de setembro, praticamente, mantiveram-se constantes no Estado do Rio de Janeiro (+0,1%), ao passo que diminuíram no território nacional. Ao comparar com os mesmos meses do ano anterior e, assim, descontando qualquer efeito sazonal, as vendas no varejo cresceram, mostrando o aquecimento da economia no quinto bimestre desse ano. Tanto o país quanto o Estado apresentaram crescimento acima de 15% no mês de setembro em relação ao ano anterior.

Outro indício dessa aceleração pode ser visto na variação dos preços. A inflação média no quinto bimestre foi de 4,7% no Brasil e 5,3% no Estado do Rio em relação ao ano anterior, percentuais acima do centro da meta de inflação seguida pelo Banco Central.

A população economicamente ativa (PEA) no Rio de Janeiro diminuiu em setembro e outubro (-0,7% e -0,8%), ao passo que a PEA nacional cresceu pouco em cada mês (+0,1%). Comparando com o ano passado, a PEA fluminense e a brasileira cresceram em média 2% no bimestre. Avaliando o Rendimento Médio Real do Trabalho a preços de outubro de 2010, observa-se que no Rio de Janeiro este cresceu 12% no mês de setembro em relação ao ano anterior, ao passo que o Rendimento Médio nacional cresceu apenas 6,9%.

As taxas de desemprego da região metropolitana do RJ e do Brasil continuam em trajetória decrescente. No Rio de Janeiro, a taxa média do quinto bimestre passou de 5,6% em 2009 para 5,5% em 2010 (caiu 1%). No Brasil, passou de 7,6% para 6,2% (queda de 19%). A queda da taxa de desemprego foi acompanhada pelo aumento do emprego formal. No quinto bimestre desse ano, comparado ao ano anterior, o crescimento médio do emprego formal foi de 8,1% e 6,9% no Brasil e Rio de Janeiro, respectivamente.



PANORAMA DA ECONOMIA FLUMINENSE					
PRODUÇÃO E VENDAS		Variação mensal (%)		Variação em 12 meses (%)	
		set/10	out/10	set/10	out/10
Produção na Indústria Geral (1) (9)	BR	-1,8%	-	6,3%	-
	ERJ	-2,7%	-	4,0%	-
Produção na Indústria Extrativa (1) (9)	BR	-0,6%	-	13,5%	-
	ERJ	3,5%	-	-1,2%	-
Produção na Indústria de Transformação (1) (9)	BR	-1,9%	-	5,9%	-
	ERJ	-4,1%	-	5,4%	-
Vendas no Varejo (2) (9)	BR	-1,2%	-	15,2%	-
	ERJ	0,1%	-	17,0%	-
ÍNDICE DE PREÇOS		Variação mensal (%)		Variação em 12 meses (%)	
		set/10	out/10	set/10	out/10
Índice de Preços ao Consumidor (3)	BR	0,5%	0,6%	4,4%	5,0%
	ERJ	0,3%	0,55%	5,1%	5,5%
OCUPAÇÃO E RENDA		Variação mensal (%)		Variação em 12 meses (%)	
		set/10	out/10	set/10	out/10
Pessoas Economicamente Ativas (4)	BR	0,1%	0,1%	1,9%	2,3%
	ERJ	-0,8%	-0,7%	2,3%	1,8%
Rendimento Médio Real do Trabalho (5) (9)	BR	0,5%	-	6,9%	-
	ERJ	2,1%	-	12%	-
Empregado sem carteira (6)	BR	-0,1%	0,0%	-3,1%	-2,2%
	ERJ	-1,5%	-5,1%	-0,7%	-6,0%
Empregado com carteira (7)	BR	1,2%	-0,1%	8,3%	7,9%
	ERJ	-0,4%	0,9%	6,8%	7,0%
DESEMPREGO		set/10	out/10	set/09	out/09
Taxa de Desocupação (8)	BR	6,2	6,1	7,7	7,5
	ERJ	5,3	5,7	5,5	5,6

Fonte: Elaboração própria da Sefaz-SSEE a partir de séries de dados do IBGE e FGV.

(1) Produção física industrial, sem ajuste sazonal, PIM-PF Brasil (BR) e Regional (RJ) - IBGE. (2) Receita nominal de vendas no comércio varejista, sem ajuste sazonal, PMC - IBGE. (3) Índice de Preços ao Consumidor, FGV (RJ e BR). (4) População economicamente ativa, PME-IBGE. (5) Rendimento médio real efetivamente recebido do trabalho principal, a preços de outubro de 2010, PME-IBGE. Para o Rio de Janeiro, índice inflacionado pelo INPC da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e para o Brasil, inflacionado pela média ponderada do INPC das seis Regiões Metropolitanas. (6) População ocupada sem carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (7) População ocupada com carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (8) Taxa de desocupação, PME-IBGE. (9) Os traços se referem a dados ainda não disponibilizados pelo IBGE. Observações: As informações coletadas pela PME se referem às regiões metropolitanas.



### III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

As Receitas Patrimoniais obtiveram no 5º bimestre crescimento de 17,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que representa um incremento de R\$97,3 milhões. Este crescimento foi impulsionado principalmente pelo acréscimo de R\$ 77,95 milhões das receitas de CFT's e de R\$ 26,7 milhões das aplicações financeiras.

Com relação às receitas de Petróleo, a queda foi de 4,4% no bimestre, mas no acumulado até outubro houve um aumento de 55,3% (+R\$1.866,33 milhões).

O resgate dos CFTs<sup>12</sup> no quinto bimestre deste ano superou em 54,9% o arrecadado em 2009. Isto ocorreu porque no ano passado houve uma concentração dos resgates dos títulos nos quatro primeiros meses. Como consequência, valores menores foram recebidos nos demais meses. Já em 2010, vem ocorrendo distribuição mais uniforme dos resgates ao longo do ano, com menor concentração.

Especificamente com relação aos royalties, houve queda de R\$18,94 milhões no bimestre (-5,4%), resultado da diminuição da produção e da desvalorização cambial. Já no ano acumulado, houve crescimento de R\$333,23 milhões (+24,2%), fruto dos bons resultados de produção e preço do barril verificados até o momento.

Entre setembro e outubro a receita de Aplicações Financeiras teve acréscimo de 39,1% em relação ao ano passado. No acumulado até outubro houve acréscimo de 4,5% (R\$18,82 milhões). Esse

**Tabela 8**

RECEITA PATRIMONIAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SET-OUT 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		var %
	2009	2010		2009	2010	
	RECEITA PATRIMONIAL	570,00	17,1%	4.962,04	7.100,00	43,1%
Petróleo	352,69	337,27	-4,4%	3.376,99	5.243,31	55,3%
Royalties	352,30	333,36	-5,4%	1.378,68	1.711,91	24,2%
Part. Especial	0,00	3,50	0,0%	1.996,75	3.529,37	76,8%
FEP	0,39	0,41	5,0%	1,56	2,04	30,5%
CFT's	142,09	220,04	54,9%	1.115,69	1.316,93	18,0%
Aplic. Financeiras	68,26	94,92	39,1%	422,45	441,27	4,5%
Demais Rec. Patrimoniais	6,95	15,04	116,3%	46,91	98,49	109,9%

**Tabela 8.A**

Discriminação	Jul - Ago 2009	Jul - Ago 2010	Var. %
Produção (milhões de bbl)	102,70	98,48	-4,1%
Brent (US\$/bbl)	68,47	76,31	11,4%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,89	1,76	-6,6%

*A receita de Aplicações Financeiras teve acréscimo de R\$ 26,66 milhões (+39,1%) no bimestre em relação ao mesmo período do ano passado.*

<sup>12</sup> Certificados Financeiros do Tesouro. Cabe lembrar que a receita advinda do resgate desses títulos é resultado da permuta de haveres financeiros com o Tesouro Nacional. Pela troca, o Estado recebeu CFTs, cedendo ativos associados às receitas estaduais da produção de petróleo e gás à União até 2014. Os CFTs não se constituem, portanto, fonte de receita adicional efetiva para o Estado, visto que é um ativo comprado e pelo qual o Estado paga indenizações à União.



resultado ocorreu por conta da aplicação de recursos oriundos de Operações de crédito junto ao Banco Mundial no valor de R\$879 milhões feito no semestre anterior e da maior eficiência das aplicações.

### III.1.3 Receita de Transferências

As receitas de transferências somaram R\$4.169,19 milhões (+9,7%) no acumulado no ano e R\$834,07 milhões no bimestre (+13,2%). No entanto, houve queda de 14,7% frente a 2009 da receita do SUS (-R\$18,13 milhões) e de 34,3% nas transferências de convênios (-R\$11 milhões). Essas reduções foram compensadas pela variação positiva da receita do FUNDEB (+R\$38,67 milhões) e demais transferências da União (+R\$48,89 milhões) (Tabela 9).

O aumento no bimestre nas Demais Transferências da União (+R\$48,89 milhões; +306,2%) se deve ao recebimento de R\$16,6 milhões provenientes do Fundo de Compensação Financeira pelo esforço exportador (FEX).

O esforço de arrecadação estadual ainda está compensando a redução do coeficiente de retorno do FUNDEB<sup>13</sup> ao Estado em 2,96% entre 2009 e 2010. As receitas do Fundo que regressaram ao Estado tiveram incremento de R\$38,67 milhões (+12,7%) no bimestre, o que permitiu compensar a queda nos valores arrecadados com transferências do SUS e transferências de convênios.

As receitas bimestrais de FPE foram 10,0% superiores em 2010 (e 6,9% no acumulado do ano). Não obstante, houve crescimento de

Tabela 9

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SET-OUT 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		var %
	2009	2010		2009	2010	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	736,73	834,07	13,2%	3.800,41	4.169,19	9,7%
Transf da União	399,41	469,54	17,6%	2.067,89	2.189,71	5,9%
FPE	99,68	109,64	10,0%	553,06	591,19	6,9%
IPI exp	81,31	101,24	24,5%	358,98	461,88	28,7%
IOF	0,01	0,00	-38,9%	0,05	0,02	-59,6%
CIDE	20,66	24,43	18,2%	49,11	90,44	84,2%
SUS	123,68	105,56	-14,7%	696,63	510,47	-26,7%
Salário Educação	43,80	49,51	13,0%	229,11	250,02	9,1%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	71,48	71,48	0,0%
Demais Transf. da União	15,97	64,86	306,2%	109,48	214,21	95,7%
FUNDEB	304,80	343,47	12,7%	1.553,18	1.807,00	16,3%
Convênios	32,06	21,06	-34,3%	176,62	170,13	-3,7%
Outras Transf. Corr.	0,46	0,00	-99,1%	2,72	2,34	-13,8%

*Apesar da redução do coeficiente de retorno do FUNDEB, estas transferências tiveram incremento de 16,3% no acumulado do ano resultado do aumento nas Receitas Tributárias.*

<sup>13</sup> O coeficiente de retorno do FUNDEB para o Estado foi alterado de 0,407735100720 em 2009 para 0,395999089041 em 2010 (-2,96%) devido ao maior peso dado aos alunos até a 4ª série; apesar do grande número de alunos no ensino fundamental em escolas estaduais, essa mudança favoreceu os municípios. Dados disponíveis no site: [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)



R\$19,93 milhões (+24,5%) nas receitas do IPI - exportação do Estado no bimestre. Ambos os desempenhos decorrem de aumento da arrecadação base da União para aquelas transferências em relação a 2009.

Cabe lembrar que a base de 2009 havia sido reduzida devido à política fiscal expansionista da União, que reduziu as alíquotas do IPI de produtos de setores econômicos mais dinâmicos com a finalidade de auxiliar a economia brasileira no enfrentamento da crise internacional.

A contínua queda das receitas do SUS no quinto bimestre (-R\$18,13 milhões, equivalente à redução de 14,7%) ainda se deve à adoção da Gestão Plena de recursos do SUS<sup>14</sup> repassados aos municípios. A expectativa é de que as receitas de transferências do SUS continuem sendo menores ao longo de 2010 quando comparadas a 2009.

Apesar de pouca importância absoluta dentre as receitas de transferências, os convênios tiveram redução de R\$11 milhões no bimestre (-34,3%), o que está relacionado à diminuição de recursos de convênios com a União.

### III.1.4 Demais Receitas Correntes

As Demais Receitas Correntes exibiram crescimento tanto no bimestre, de R\$61,19 milhões (+16,0%), quanto no acumulado anual, de R\$736,87 milhões (+36,1%), em comparação ao ano de 2009. Este desempenho positivo das receitas está relacionado ao maior volume arrecadado de dívida ativa (+R\$ 39,32 milhões) e da receita de contribuições (+R\$23,57 milhões).

A aprovação do REFIS estadual mudou o patamar da arrecadação de Dívida Ativa. Apesar de muitos

*As transferências do SUS transitando no orçamento estadual tiveram redução de R\$ 18,13 milhões, enquanto as Transferências de Convênios reduziram em R\$11 milhões.*

Tabela 10

DEMAIS RECEITAS CORRENTES  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SET-OUT 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		var %
	2009	2010		2009	2010	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	381,90	443,09	16,0%	2.043,96	2.780,83	36,1%
Receita de Contribuições	139,19	162,76	16,93%	703,70	792,45	12,6%
Receita Agropecuária	0,01	0,02	43,3%	0,15	0,14	-8,6%
Receita Industrial	0,22	-2,36	-1184,5%	4,20	0,19	-95,4%
Receita de Serviços	55,18	59,78	8,3%	258,30	275,47	6,6%
Multas e Juros de Mora	51,92	54,39	4,8%	246,76	580,91	135,4%
Indenizações e Restituições	32,77	36,61	11,7%	84,89	142,19	67,9%
Dívida Ativa	18,50	57,82	212,6%	375,74	565,43	50,5%
Receitas Diversas	84,11	74,07	-11,9%	370,42	424,04	14,5%

<sup>14</sup> Ver III.1.3 da edição do 2º bimestre.



contribuintes terem quitado suas pendências até o dia 31 de maio, há ainda receitas provenientes do parcelamento da dívida que garantem incrementos mensais na arrecadação em relação ao ano passado. Neste bimestre, verificou-se aumento de R\$39,32 milhões (+212,6%) em relação ao mesmo período de 2009, reflexo deste reforço na cobrança dos créditos tributários. No acumulado do ano, a variação positiva foi de R\$189,69 milhões (+ 50,5%).

O incremento nas receitas de contribuição em R\$23,57 milhões (+16,93%) no bimestre e R\$ 88,75 milhões (+12,6%) no acumulado do ano, está concentrado no âmbito dos servidores civis ativos e pensionistas. No caso dos servidores ativos, este acréscimo é decorrente dos aumentos salariais concedidos em junho de 2010. No tocante aos pensionistas, a variação positiva também é derivada dos aumentos salariais e da aceleração nas revisões administrativas dos valores pagos.

A expressiva redução percentual da receita industrial tanto no bimestre (-1184,5%), quanto no acumulado do ano (-95,4%), está diretamente relacionada a uma reclassificação da receita. A Receita de indústria de produtos farmacêuticos e veterinários, que faz parte das receitas industriais, foi deslocada para a rubrica Outros serviços comerciais, dentro do grupo de receitas de serviços.

Além do acréscimo da receita de Dívida Ativa, o REFIS acaba provocando o crescimento da arrecadação de Multas e Juros de Mora. No bimestre, esse crescimento foi de 4,8% (+ R\$2,47 milhões); no acumulado até outubro, o aumento verificado foi de R\$334,16 milhões (135,4%) em relação ao mesmo período do ano passado.

***A aprovação do REFIS estadual mudou o patamar da arrecadação de Dívida Ativa. Neste bimestre, verificou-se o aumento de R\$39,32 milhões (+212,6%) em relação ao mesmo período de 2009.***

***As receitas de Contribuições aumentaram em R\$ 23,57 milhões no bimestre e R\$ 88,75 milhões entre janeiro e outubro devido a aumentos salariais concedidos em junho e à aceleração nas revisões administrativas dos valores pagos às pensionistas.***



As receitas de “Indenizações e Restituições” aumentaram neste bimestre R\$ 3,84 milhões (+11,7%) e no acumulado R\$57,5 milhões (+67,9%), principalmente em razão da devolução de convênios entre o DETRAN e a Secretaria de Segurança. Além disso, o aumento no acumulado deve-se às compensações financeiras entre o regime de previdência geral e o regime próprio dos servidores do Estado, decorrentes da transição de servidores entre regimes, conforme autorização da Constituição Federal de 1988.

As Receitas Diversas apresentaram queda neste bimestre de 11,9% (-R\$10,04 milhões), sobretudo devido à redução de vendas de bilhetes da Loto Instantânea (-R\$10,6 milhões). Entretanto, no acumulado anual o resultado é positivo: o crescimento de 14,5% é justificado basicamente pela receita do Centro de Estudos Jurídicos (PGE), que somou R\$49,25 milhões a esta conta em relação a 2009.

### III.2 Receitas de Capital

No referido bimestre, as Receitas de Capital cresceram R\$355,65 milhões (+ 164,3%), em relação ao mesmo período de 2009. As principais razões foram o crescimento das operações de crédito internas relativas a Programas de Governo e das Transferências de Capital (+R\$145,40 milhões, equivalente ao incremento de 113,6%), que são basicamente transferências de convênios e de recursos da União e de suas Entidades.

O acréscimo nas operações de crédito foi de R\$ 212,76 milhões (+346%) no bimestre e de R\$ 1.096,26 (+773,5%) entre janeiro e outubro. O desempenho do bimestre decorre do Programa de Apoio ao Financiamento das Contrapartidas do PAC – Caixa PAC, destinado à Secretaria de Obras. No acumulado do ano, o total é fruto majoritariamente do empréstimo de R\$878,8

**Tabela 11**

**RECEITA DE CAPITAL**

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SET-OUT 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		var %
	2009	2010		2009	2010	
RECEITAS DE CAPITAL	216,48	572,13	164,3%	791,65	2.077,58	162,4%
Operações de Crédito	61,49	274,25	346,0%	141,73	1.237,99	773,5%
Alienação de Bens	0,01	0,02	0,0%	0,45	39,65	8.638,0%
Amortiz. de Empréstimos	26,91	24,46	-9,1%	116,71	127,70	9,4%
Transf. de Capital	128,01	273,41	113,6%	532,56	672,23	26,2%
Outras Rec. de Capital	0,06	0,00	0,0%	0,20	0,00	-100,0%



milhões obtido junto ao Banco Mundial para o Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro – PRODESF do referido Banco. Além desta, devem ser consideradas as outras operações realizadas com o Banco Mundial, que são: Programa Estadual de Transportes II (PET II), que angariou R\$30,6 milhões; o RIO RURAL, programa que objetiva o Desenvolvimento Rural Sustentável e que coletou R\$5,178 milhões; e por fim, a arrecadação de R\$1,531 milhões para o Programa de modernização da Gestão Fazendária - PROFAZ.

As transferências de capital tiveram incremento de R\$145,4 milhões em relação ao quinto bimestre de 2009, o que representa aumento de 113,3%. Este aumento se refere basicamente a transferência de R\$100 milhões através de convênio com a União para obras emergenciais de recuperação de vias em São Gonçalo. No acumulado até outubro, o crescimento foi de 26,2% (+R\$ 139,7 milhões), relacionado à execução de obras do PAC concentrada na área de urbanização, com o Arco Rodoviário Metropolitano e urbanização da Rocinha.

O fato das amortizações de empréstimos ( -9,1%) no bimestre terem alcançado R\$ 24,46 milhões está associado ao retorno do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social – FUNDES. No acumulado do ano, houve aumento de R\$ 10,99 milhões em relação a 2009.

No acumulado do ano, o Estado contou com receita de R\$39,65 milhões provenientes de alienação de bens (+8.638,0% em relação ao acumulado do ano anterior). O responsável pelo aumento no volume arrecadado foi o leilão para a venda de terrenos de áreas remanescentes da construção da Linha 1 do metrô, pertencentes a

*O desempenho das receitas de capital (+R\$ 355,65 milhões) está relacionado ao aumento dos desembolsos das operações de crédito e de transferências de capital.*



Rio Trilhos – empresa responsável pela expansão do sistema metroviário e pelo monitoramento dos serviços concedidos de metrô. Este dinheiro será utilizado para a construção da Linha 4 do metrô e para pagamento de antigas dívidas trabalhistas da empresa.



#### IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

A Lei nº 5.634, de 04 de janeiro de 2010, que aprovou o orçamento de 2010, fixou a despesa total do Estado em R\$45,54 bilhões, incluindo as transferências para os municípios. No final do 5º bimestre, a despesa fixada atinge R\$50,96 bilhões, com acréscimo de R\$5,42 bilhões (+11,90%), dos quais, 56,4% em conformidade com a revisão da estimativa de Receita para o exercício, principalmente nas Fontes Tesouro. Por conta do excesso de arrecadação estimado nessas fontes de recursos, foram incorporados ao orçamento R\$ 3,06 bilhões, dos quais 73,9% (R\$2,26 bilhões) oriundos de impostos (fonte 00), comprovando a melhora do sistema de arrecadação e de prevenção à sonegação fiscal, além do crescimento das atividades econômicas e produtivas no Estado do Rio de Janeiro.

É válido ressaltar que 35,5% do excesso de arrecadação das Fontes do Tesouro têm o grupo de investimento como destino. Isso demonstra que os ganhos com o esforço fiscal do governo são realocados na economia em projetos estratégicos a fim de desenvolver a região e beneficiar diretamente a população fluminense.

Até o 5º bimestre do corrente ano, 82,3% da dotação disponível foi empenhada, enquanto a parcela liquidada correspondeu a 75,4%. Nota-se que tais valores estão muito próximos das porcentagens obtidas em 2008 e 2009, revelando que o Estado, mesmo em ano eleitoral, manteve a conduta de gestão fiscal responsável, integrando o planejamento ao controle dos gastos e ao fluxo de caixa do Tesouro.

Ao se comparar os recursos de Outras Fontes – incluindo os superávits em arrecadação própria dos órgãos – com o bimestre anterior, recursos adicionais foram incorporados ao orçamento de

**Tabela 12**

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL

JAN-OUT 2009 / JAN-OUT 2010

R\$ milhões

ANO	DOT. ATUAL	CONTING.	DISP.	EMP. JAN-OUT	LIQ. JAN-OUT	% EMP. / DISP.	% LIQ. / DISP.
2009	42.918	1.111	41.808	34.359	31.952	82,18%	76,43%
2010	50.961		50.961	41.946	38.444	82,31%	75,44%

\* Desconsideradas as despesas intra-orçamentárias.

\*\* Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/SIAFEM: 23/11/2010



diversas UOs, com destaque para o Fundo Especial do Tribunal de Justiça, dos quais R\$148,20 milhões foram destinados a investimentos, edificações de um modo geral, inclusive implantação de unidades em municípios fluminenses e recuperação física do imóvel do Tribunal de Justiça; no INEA, foram contemplados o Projeto Iguaçu (R\$26,48 milhões) e a Recuperação da Infra-Estrutura Hidrográfica da Bacia Campista (R\$32 milhões); e, por fim, a RIOTRILHOS, onde R\$37,08 milhões reforçaram a implantação de novas linhas metroviárias.

De acordo com os valores apresentados na Tabela 13, tanto a porcentagem de empenho (82,2%) como a de liquidação (75,8%), em 2010, superam as taxas de 2009 (79,5% e 74,4%, respectivamente). Isso significa que, apesar do avanço de R\$7,42 bilhões na cota orçamentária, há regularidade na execução da despesa, resultado de melhor integração do binômio planejamento X orçamento.

A execução de despesa até o 5º bimestre, quando comparada à igual período de 2009, subiu 20,3%, puxada pelos gastos do Poder Executivo, (+20,7%) fortemente influenciados pela concessão de reajustes salariais a servidores. Para evitar dupla contagem, o cálculo deste percentual exclui a despesa intra-orçamentária que basicamente financia parte da despesa com inativos no Rioprevidência. No âmbito do Legislativo, as despesas da ALERJ (1,9%) e do TCE (5,3%) mantiveram níveis próximos aos do ano passado. Considerável aumento ocorreu no TJ (20,61%) e no MP (16,36%) basicamente direcionados a despesas de pessoal, também por conta de reajustes salariais concedidos a partir de julho de 2010.

**Tabela 13**

UTILIZAÇÃO DA COTA ORÇAMENTÁRIA PODER EXECUTIVO  
Janeiro a Outubro 2009 e 2010\*

Período	Dot. Anual - Poder Executivo	Cota Orçam. Liberada até 3º Quadrimestre	Cota Emp. (Jan-Out)	% Emp. / Cota	Cota Liq. (Jan-Out)	R\$ Mil % Liq. / Cota
2009	40.645.719	40.645.719	32.308.366	79,5%	30.247.061	74,4%
2010	48.060.981	48.060.981	39.524.238	82,2%	36.448.764	75,8%

\*Inclui despesas intra-orçamentárias / Exclui CEDAE e IO

**Tabela 14**

EXECUÇÃO DE DESPESA POR PODERES - ERJ  
JAN-OUT 2009 / JAN-OUT 2010

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	Δ %
PODER EXECUTIVO*	29.118	35.161	20,75%
OUTROS PODERES	2.834	3.283	15,87%
ALERJ	391	399	1,94%
TCE	270	284	5,32%
TJ	1.701	2.051	20,61%
MP	471	548	16,36%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>31.952</b>	<b>38.444</b>	<b>20,32%</b>
<b>DESP. INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.213</b>	<b>1.532</b>	<b>26,35%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>33.165</b>	<b>39.977</b>	<b>20,54%</b>

Posição SIG/SIAFEM: 23/11/2010

\* Exclui Imprensa Oficial e CEDAE



#### IV.1 Despesa por Fonte de Recurso

Os gastos do Governo continuam sendo financiados, majoritariamente, por recursos do Tesouro Estadual. As despesas atingiram R\$38,44 bilhões até o 5º bimestre, 20,3% acima do observado no ano passado. Destes, 71,33% (R\$27,422 bilhões) provêm do Tesouro, enquanto 28,67% (R\$11,022 bilhões) são recursos de outras fontes. Esta proporção é ligeiramente superior ao mesmo período de 2009, quando o financiamento do Tesouro correspondia a 70,30% do total executado.

Em conjunto, as despesas financiadas com recursos do Tesouro apresentaram variação anual de 22,1%. Isoladamente em todas FRs a variação é positiva, com exceção das despesas à conta da FR 01 que em 2009 aplicou receitas extraordinárias, por conta do acerto de Marlim. Os gastos prioritários consignados nessa FR, mediante ajuste orçamentário, estão sendo financiados pelo excesso de arrecadação da receita de impostos.

Apesar da tendência de queda na variação das operações de crédito através do Tesouro, já que despesas de saneamento (FR21) não tiveram execução no período, os investimentos custeados por outros financiamentos (FR 11) cresceram 479,3%, atingindo R\$1,023 bilhões, dos quais R\$896,49 milhões provêm do Banco Mundial para o PRODESF (Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade Fiscal). Outros destaques são o CIDE com alta de 77,0% e os recursos provenientes de impostos devido ao incremento de R\$ 3,09 bilhões (elevação de 18,3%).

Com relação ao bimestre anterior, percebe-se que o crescimento da despesa financiada por fontes próprias (+16,2%) está concentrado naquelas

**Tabela 15**

DESPESA LIQUIDADA POR FONTE DE RECURSO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-OUT 2009 / JAN-OUT 2010

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	R\$ MILHÕES VAR %
RECURSOS DO TESOURO	22.463	27.422	22,1%
00 - ORDINÁRIOS PROV. DE IMPOSTOS	16.883	19.978	18,3%
01 - ORDINÁRIOS NÃO PROV. DE IMPOSTOS	1.351	883	-34,6%
04 - INDEN.PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO	2.009	2.472	23,0%
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	160	257	60,5%
06 - FUNDO DE PART. DOS ESTADOS	561	599	6,7%
07 - DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS		300	
11 - OP. DE CRÉDITO ATRAVÉS DO TESOURO	177	1.023	479,3%
20 - RESSARCIMENTO DE PESSOAL - ÁREA DE SEGURANÇA		9	
21- OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADAS A AÇÕES DE MEIO AMBIENTE			
22 - ADICIONAL DO ICMS - FECP	1.282	1.813	41,5%
26 - CONT. DE INTERV. DOMÍNIO ECON. - CID	41	72	77,0%
90 - FUNDO DEPÓSITOS JUDICIAIS (LEI 11.429/06)		,001	
95 - RETORNO DE EMPR. PROGRAMA FOMENTO AGROPECUÁRIO E TECNOLÓGICO		18	
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	9.489	11.022	16,2%
10 - ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA	7.040	8.032	14,1%
12 - CONVÉNIOS - ADM. DIRETA	348	213	-38,9%
13 - CONVÉNIOS - ADM. INDIRETA	173	96	-44,4%
14 - CONVÉNIOS PAC - ADM. DIRETA		310	
15 - FUNDEB	1.333	1.414	6,1%
16 - CONVÉNIOS PAC		98	
18 - CONVÉNIOS INTRAORÇAMENTÁRIOS - ADM. DIRETA		190	
19 - CONVÉNIOS INTRAORÇAMENTÁRIOS - ADM. INDIRETA		27	
25 - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	463	442	-4,4%
96 - MULTA PELA INFRAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR			
97 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	,140		-100,0%
98 - OUTRAS RECEITAS DA ADM INDIRETA	6	9	71,2%
99 - OUTRAS RECEITAS DA ADM DIRETA	127	190	50,5%
TOTAL GERAL	31.952	38.444	20,3%

\*Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/SIAFEM: 23/11/2010



financiadas com recursos de convênios, em especial as do PAC, neste exercício identificadas por fonte específica, dando maior transparência à aplicação de recursos nesse programa estratégico de governo. A aparente variação negativa apontada na tabela decorre do desmembramento dessas Fontes para melhor identificar a origem dos recursos. Para a correta comparação, em 2010 devem ser somadas as despesas apontadas nas fontes de recursos 12, 13, 14, 16, 18 e 19. Em 2009, essas despesas somaram R\$ 521 milhões e, em 2010, R\$934 milhões (+R\$413 milhões), incremento de 79,3%. No PAC foram aplicados R\$ 408 milhões, o que equivale a 43,7% dos recursos advindos das fontes de convênios.

Por sua vez, os recursos de outras fontes aumentaram 16,2%. O FUNDEB permanece crescendo na faixa dos 6%, seguindo o padrão apresentado nos dois últimos bimestres, incremento compatível com crescimento da receita de impostos. Após ter crescido 10,8% até abril, o SUS registrou baixa de 4,4%, sua primeira variação negativa no acumulado do ano (- R\$21,00 milhões), quando comparado a 2009, visto que mais municípios atingiram a gestão plena, recebendo os recursos do SUS diretamente, sem a intermediação do Estado.

#### **IV. 2 Despesa por grupo**

A análise por grupo despesa demonstra que a maior variação percentual ocorre nos investimentos, superior a 100%. O grupo de pessoal avançou 15,39% por conta do reajuste salarial em todos os Poderes extensivo aos inativos e pensionistas.. No Executivo, o incremento foi de 18,44% (+ R\$ 1.036 bilhões). Os maiores aumentos estão registrados nas áreas de Segurança (+R\$310,77 milhões), Fazenda (+R\$201,86 milhões) e Educação (+R\$148,37



milhões). Na área fazendária esse incremento se dá por conta do Pagamento da Prestação Pecuniária – PPE a servidores do quadro de fiscalização, regulamentado pela Lei Complementar Nº 134 de 29 de Outubro de 2009, despesa que requereu R\$ 123,66 milhões entre janeiro e outubro de 2010.

Os demais Poderes cresceram 11,4% (+R\$284,81 milhões) em relação ao ano anterior, também por conta reajustes salariais de 5% a partir de setembro, além da concessão de Adicional de Qualificação, benefício criado pela Lei 5769/2010 para servidores da ALERJ e TCE. No âmbito do TJ os efeitos financeiros retroagiram a maio/2010. A variação porcentual de cada órgão consta na Tabela 16.

As despesas de custeio em geral cresceram 17,3% (+R\$2,34 bilhões) sobre igual período de 2009, dos quais, 40,3% ocorrem por conta do Executivo, quando incluídas as despesas não discricionárias que requereram R\$10,46 bilhões no período. O poder discricionário do Estado está evidenciado nos gastos das seguintes funções: Transporte (+97,08%), em especial a Implementação e Operacionalização do Bilhete Único (+R\$160,00 milhões); Educação (+30,49%), sobretudo nos projetos de Apoio a Estudantes e Pesquisadores (+R\$56,64 milhões) e na Autonomia Financeira das Escolas da Rede Básica de Ensino (+R\$97,91 milhões); na Saúde (+26,66%), foram direcionados ao projeto de Assistência Pré-Hospitalar e Ambulatorial (+R\$551,24 milhões, em função da expansão da oferta de serviços, 41 UPAS já em funcionamento.

Nos outros Poderes, o crescimento global foi de 5,77% (+R\$71,11 milhões) por conta de redução de 21,67% (-R\$15,57 milhões) dos gastos de custeio da ALERJ, que cancelou R\$20 milhões de

Tabela 16

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MIL		
	2009 JAN-OUT	2010 JAN-OUT	VAR %
<b>1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>13.982.619</b>	<b>16.134.805</b>	<b>15,39%</b>
1.1 - EXECUTIVO	5.618.216	6.654.037	18,44%
1.2 - ALERJ	317.210	342.622	8,01%
1.3 - TCE	248.408	263.303	6,00%
1.4 - TJ	1.295.494	1.471.483	13,58%
1.5 - MP	372.722	441.239	18,38%
1.6 - INATIVOS E PENSIONISTAS	5.635.361	6.448.618	14,43%
1.7 - PREVI-BANERJ	485.208	482.305	-0,60%
1.8 - REFER	10.000	31.197	211,97%
<b>2 - JUROS ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA</b>	<b>2.959.615</b>	<b>2.945.160</b>	<b>-0,49%</b>
<b>3 - DESPESAS DE CUSTEIO**</b>	<b>13.497.308</b>	<b>15.837.803</b>	<b>17,34%</b>
3.1.1 - EXECUTIVO	3.844.689	4.789.243	24,57%
3.1.2 - ALERJ	71.860	56.288	-21,67%
3.1.3 - TCE	21.007	20.313	-3,30%
3.1.4 - TJ	342.417	407.758	19,08%
3.1.5 - MP	76.074	98.112	28,97%
<b>3.1 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.141.260</b>	<b>10.466.089</b>	<b>14,49%</b>
3.2.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	1.636.337	1.489.822	-8,95%
3.2.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	2.637.796	3.238.642	22,78%
3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	4.867.128	5.737.625	17,89%
<b>4 - INVESTIMENTOS</b>	<b>1.405.428</b>	<b>3.419.883</b>	<b>143,33%</b>
4.1 - EXECUTIVO	1.318.226	3.241.043	145,86%
4.2 - ALERJ	2.405	173	-92,82%
4.3 - TCE	668	832	24,51%
4.4 - TJ	62.945	172.161	173,51%
4.5 - MP	21.184	5.675	-73,21%
<b>5 - INVERSÕES FINANCEIRAS</b>	<b>106.701</b>	<b>106.555</b>	<b>-0,14%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>31.951.671</b>	<b>38.444.206</b>	<b>20,32%</b>

\*Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

\*\*Exclui despesas com inativos e pensionistas, previ-banerj e REFER consideradas no grupo de pessoal

Fonte: SIG

Posição de 23/11/2010



seu orçamento em favor da FAPERJ e de 3,30% do TCE (-R\$693 mil). Essa redução foi, em parte, compensada pelo crescimento de 28,97% (+R\$22,04 milhões) no MP e 19,08% (+R\$65,34 milhões) no TJ. Ao se comparar os dados atuais com os de 2008, nota-se que a ALERJ se encontra 12% acima do seu nível de execução há dois anos (faixa de R\$ 50 milhões em 2008 para R\$56 milhões em 2010). Por sua vez, o TCE foi o único órgão a ter sua liquidação reduzida em 4,76%, de aproximadamente R\$21 milhões para algo em torno de R\$20 milhões. Já o TJ e MP continuam sua trajetória crescente de despesas em custeio, sendo que, desde 2008, o TJ elevou seus gastos em 38,78% e o MP, em 42,03%.

Os investimentos avançaram 143,3% (+R\$ 2,01 bilhões) quando comparado ao período de janeiro a outubro de 2009. Novamente, o Poder Executivo foi preponderante para esta elevação, visto que representa R\$1,92 bilhões (95% do total) e cresceu 145,8% no grupo de investimentos. É válido mencionar, no âmbito do Poder Legislativo, o aumento dos investimentos no TJ (+R\$ 109,22 milhões) e das reduções na ALERJ (-R\$ 2,23 milhões) e no MP (-R\$ 15,51 milhões), porém nota-se que tais variações, em termos absolutos, não afetaram significativamente a despesa total com investimentos.

A expressiva evolução do grupo de investimentos não se concentra em apenas uma área do Governo. Ela está ligada à grande execução em diversas funções do Estado, as quais abrangem uma ampla gama de projetos, sobretudo aqueles que se referem às obras do Programa de Aceleração do Crescimento.

A respeito do PAC, sua execução aumentou 98,1% (+ R\$475,65 milhões). Somente os gastos com Urbanismo, em valores absolutos, cresceram



R\$263,33 milhões. Destes, 79,3% se referem ao Arco Rodoviário Metropolitano (+ R\$132,71 milhões) e à Urbanização da Rocinha (+ R\$75,98 milhões). A Habitação também se destacou de um ano para o outro, visto que sua liquidação avançou R\$90,25 milhões (531,4%), dos quais R\$87,56 milhões correspondem à construção, recuperação e melhorias de conjuntos habitacionais.

A função Transporte executou R\$ 706,91 milhões até outubro de 2010, valor 95,3% acima do observado no mesmo período de 2009. Esta elevação ocorreu devido ao incremento de R\$ 155,50 milhões no programa de apoio aos municípios, executados a cargo do DER e de R\$ 275,67 milhões na melhoria de rodovias, rodovias vicinais e obras de arte. Também é válido mencionar a liquidação de R\$ 46,50 milhões na Linha 4 do metrô, projeto não contemplado no exercício passado.

Na Segurança Pública, após ter elevado sua execução em 3266,1% (+ R\$ 38,61 milhões), a reestruturação de Delegacias Legais e Órgãos Investigativos impulsionou o avanço 54,8% da função. A Saúde, por sua vez, aumentou em 122,7% (+R\$ 92,09 milhões) sua liquidação com relação ao 5º bimestre de 2009. Nesta área, destacam-se a Implantação das UPA's (R\$73,14 milhões) e a Reforma, Construção e Modernização de Unidades de Saúde, que inclui a criação do Centro de Diagnóstico Por Imagem (R\$83,48 milhões).

Quanto às funções Gestão Ambiental e Saneamento, os investimentos ficaram a cargo de projetos do FECAM. Dentre os principais, é possível citar o Esgotamento Sanitário da Zona Oeste (R\$ 34,51 milhões), Saneamento nas Bacias da Baía de Guanabara (R\$ 14,36 milhões),



Rio Limpo (R\$ 7,13 milhões) e Lixo Zero (R\$ 6,08 milhões).

Nos investimentos do Legislativo, a redução de 92,82% na ALERJ se deve ao fato de que, no mesmo período do ano passado, houve a aquisição de 35 veículos para uso dos membros da instituição, fato que não se repetiu em 2010. O TCE teve crescimento de 24,51% devido ao incremento de quase R\$ 500 mil para a ampliação e modernização de suas instalações.

Já no MP, a queda de 73,21% dos investimentos está ligada à conclusão das obras de construção da sede do MP em Duque de Caxias e da sede da Promotoria de Justiça em Belford Roxo. Com relação ao Tribunal de Justiça, seu crescimento no grupo de investimento refere-se à edificação, implantação e recuperação física do TJ (R\$ 102,54 milhões), além da modernização da infra-estrutura operacional (R\$29,03 milhões) e à operacionalização do processamento jurídico (R\$31,57 milhões).

A Tabela abaixo apresenta um resumo dos principais investimentos.



Tabela 17

## PRINCIPAIS INVESTIMENTOS (JAN-OUT 2009 / JAN-OUT 2010)

INVESTIMENTOS	2009		2010		%Δ 2010/2009	
	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.
<b>PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC</b>	<b>867.377</b>	<b>484.786</b>	<b>1.418.151</b>	<b>960.437</b>	<b>63,5%</b>	<b>98,1%</b>
Gestão Ambiental	127.051	94.591	286.438	218.817	125,5%	131,3%
Habitação	67.658	16.983	150.758	107.231	122,8%	531,4%
Organização Agrária	2		298	226	11822,7%	
Saneamento	169.628	35.395	113.984	33.017	-32,8%	-6,7%
Urbanismo	503.037	337.817	866.674	601.145	72,3%	77,9%
<b>TRANSPORTE</b>	<b>466.068</b>	<b>361.896</b>	<b>866.999</b>	<b>706.913</b>	<b>86,0%</b>	<b>95,3%</b>
Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário	19.528	19.236	2.094	2.075	-89,3%	-89,2%
Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário - PET II			16.500	15.858		
Implantação da Estação General Osório	147.605	128.006	61.535	46.210	-58,3%	-63,9%
Implantação de Novas Linhas Metroviárias - Linha 4			100.000	46.496		
Restauração e Melhoria de Rodovias, Rodovias Vicinais e Obras de Arte	148.479	112.416	438.023	388.083	195,0%	245,2%
Contenção de Encostas e Taludes	56.257	52.062	8.370	5.890	-85,1%	-88,7%
Apoio aos Municípios	41.870	30.996	215.937	186.500	415,7%	501,7%
Demais Investimentos	52.329	19.180	24.541	15.802	-53,1%	-17,6%
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	<b>196.959</b>	<b>111.352</b>	<b>319.452</b>	<b>172.412</b>	<b>62,2%</b>	<b>54,8%</b>
Modernização Operacional e Reaparelhamento do CBMERJ	85.770	52.219	62.715	50.196	-26,9%	-3,9%
Modernização Operacional e Reaparelhamento da PCERJ e PMERJ	6.682	962	27.687	15.408	314,4%	1502,1%
Gestão conjunta PMERJ e PCERJ	34.345	20.522	62.060	38.081	80,7%	85,6%
Modernização Operacional e Reaparelhamento do Sistema Penitenciário	10.289	6.827	19.419	11.193	88,7%	63,9%
Reestruturação Delegacias Legais e Órgãos Investigativos	7.084	1.182	85.262	39.798	1103,6%	3266,1%
Demais Ações ligadas à Área de Segurança Pública	52.791	29.640	62.310	17.736	18,0%	-40,2%
<b>SAÚDE</b>	<b>127.524</b>	<b>75.066</b>	<b>221.577</b>	<b>167.156</b>	<b>73,8%</b>	<b>122,7%</b>
Implantação das Unidades UPA 24 Horas	21.010	8.140	84.936	73.140	304,3%	798,5%
Reforma, Construção e Modernização da Rede Própria de Saúde	80.904	62.704	122.085	83.478	50,9%	33,1%
Demais Ações ligadas à Área de Saúde	25.610	4.221	14.557	10.537	-43,2%	149,6%
<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>227.319</b>	<b>164.631</b>	<b>205.573</b>	<b>148.705</b>	<b>-9,6%</b>	<b>-9,7%</b>
Ampliação, Reforma e Reaparelhamento de Unid. Educacionais	171.115	126.012	19.848	23.392	70,9%	81,1%
Modernização Operacional para Gestão Escolar	42	42	8.981	6.976	21375,3%	16581,4%
Transporte Escolar			40.600	40.600		
Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através FAPERJ	15.987	15.944	36.054	35.946	125,5%	125,5%
Modernização e Reequipamento das Unidades FAETEC			21.562	16.937		
Demais Ações ligadas à Área de Educação	40.174	22.634	48.528	24.854	20,8%	9,8%
<b>AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS</b>	<b>7.843</b>	<b>5.856</b>	<b>39.697</b>	<b>35.442</b>	<b>406,1%</b>	<b>505,2%</b>
Agricultura	3.993	2.791	31.910	28.958	699,2%	937,5%
Indústria	1.543	1.426	131	103	-91,5%	-92,8%
Comércio e Serviços	2.308	1.639	7.655	6.381	231,7%	289,3%
<b>GESTÃO AMBIENTAL E SANEAMENTO</b>	<b>67.943</b>	<b>43.673</b>	<b>190.273</b>	<b>126.010</b>	<b>180,0%</b>	<b>188,5%</b>
Gestão Ambiental	25.961	14.214	102.032	76.190	293,0%	436,0%
Saneamento	41.983	29.459	88.241	49.820	110,2%	69,1%
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS CIDADANIA</b>	<b>2.826</b>	<b>2.054</b>	<b>9.266</b>	<b>1.659</b>	<b>227,9%</b>	<b>-19,3%</b>
Ações ligadas à Área de Assistência Social	2.019	1.344	8.473	1.197	319,7%	-10,9%
Ações ligadas à Área de Direitos da Cidadania	807	710	793	462	-1,8%	-35,0%
<b>CULTURA, DESPORTO E LAZER</b>	<b>12.630</b>	<b>5.086</b>	<b>28.934</b>	<b>22.196</b>	<b>129,1%</b>	<b>336,4%</b>
Ações ligadas à Área de Cultura	12.609	5.066	23.422	16.840	85,8%	232,4%
Ações ligadas à Área de Desporto e Lazer	21	20	5.511	5.356	26619,1%	26543,0%
<b>URBANISMO, HABITAÇÃO e ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA</b>	<b>22.868</b>	<b>16.912</b>	<b>662.114</b>	<b>321.461</b>	<b>2795,4%</b>	<b>1800,7%</b>
Ações ligadas à Área de Habitação e Organização Agrária	99	4	2.328	1.295	2260,0%	32109,8%
Ações ligadas à Área de Urbanismo	22.769	16.908	659.786	320.166	2797,7%	1793,5%
<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>	<b>7.748</b>	<b>3.250</b>	<b>19.332</b>	<b>12.845</b>	<b>149,5%</b>	<b>295,2%</b>
<b>ENCARGOS ESPECIAIS - Restituições Recursos de Terceiros</b>			<b>460.059</b>	<b>460.059</b>		
<b>TRABALHO</b>	<b>687</b>	<b>687</b>	<b>632</b>	<b>311</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-54,7%</b>
<b>JUDICIÁRIO, LEGISLATIVO E ESSENCIAL À JUSTIÇA</b>	<b>147.149</b>	<b>90.844</b>	<b>375.697</b>	<b>221.890</b>	<b>155,3%</b>	<b>144,3%</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>30.885</b>	<b>18.511</b>	<b>19.165</b>	<b>11.064</b>	<b>-37,9%</b>	<b>-40,2%</b>
<b>COMUNICAÇÕES</b>	<b>932</b>	<b>919</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>-99,7%</b>	<b>-99,7%</b>
<b>CIÊNCIA E TECNOLOGIA</b>	<b>28.722</b>	<b>19.905</b>	<b>52.254</b>	<b>51.321</b>	<b>81,9%</b>	<b>157,8%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.215.480</b>	<b>1.405.428</b>	<b>4.889.179</b>	<b>3.419.883</b>	<b>120,7%</b>	<b>143,3%</b>
<b>TOTAL (SEM RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS)</b>	<b>2.215.480</b>	<b>1.405.428</b>	<b>4.429.119</b>	<b>2.959.824</b>	<b>99,9%</b>	<b>110,6%</b>

Fonte: SIG / Posição de 23/11/2010

## IV. 3. Despesa por área de governo

Esta edição do boletim analisa as áreas sujeitas aos limites constitucionais e legais como Educação, Saúde, Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM, e Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS. Complementando a área de Meio Ambiente, será apresentado um Box que analisa



as despesas realizadas com prevenção e controle de riscos ambientais comparativamente aquelas realizadas com ações de emergência. Mais adiante também será apresentado Box que destacará as ações desenvolvidas na área de Segurança Pública e outro sobre o Bilhete Único do ERJ, que completa oito meses de funcionamento.

#### - Índices Constitucionais

As despesas analisadas neste item se referem apenas aquelas contabilizadas para fins de apuração dos limites constitucionais, as quais são financiadas com recursos do Tesouro Estadual.

Para as áreas de Educação e Saúde a base de cálculo que define o valor mínimo de aplicação é obtida a partir das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, deduzida a parcela de impostos que cabe aos Municípios. A pequena diferença apresentada entre as duas receitas bases refere-se ao IOF sobre operações com ouro e à arrecadação de ITBI relativos a fatos geradores ocorridos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, estes que não compõem a base de cálculo da Saúde.

Para a FAPERJ os 2% que lhe cabem constitucionalmente são obtidos a partir da receita tributária do exercício, deduzidas as transferências e vinculações constitucionais e legais.

No Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM é exigida a aplicação mínima de 5% (cinco por cento) das receitas decorrentes de compensação financeira resultante de participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural.

**Tabela 18**

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS - DESPESA LIQUIDADA  
EM R\$ MIL

PERÍODO	JAN- OUT 2009	JAN- OUT 2010
<b>EDUCAÇÃO</b>		
RECEITA BASE	15.983.630	19.425.067
DESPESA LIQUIDADA*	3.875.782	4.681.471
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	3.995.908	4.856.267
% ÍNDICE	24,2%	24,1%
<b>SAÚDE</b>		
RECEITA BASE	15.983.579	19.425.044
DESPESA LIQUIDADA*	1.649.229	2.189.352
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	1.918.029	2.331.005
% ÍNDICE	10,3%	11,3%
<b>FAPERJ</b>		
RECEITA BASE	9.075.901	10.733.494
DESPESA LIQUIDADA*	171.281	246.525
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	181.518	214.670
% ÍNDICE	1,9%	2,3%
<b>FECAM</b>		
RECEITA BASE	3.181.164	4.364.093
DESPESA LIQUIDADA*	140.472	202.273
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)	159.058	319.400
% ÍNDICE	4,4%	4,6%
<b>FEHIS</b>		
RECEITA BASE	1.629.759	1.861.844
DESPESA LIQUIDADA*	89.594	167.510
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	122.232	186.184
% ÍNDICE	5,5%	9,0%

\* DESCONTA O VALOR DE RP 2009 CANCELADO

FONTE: SIG POSIÇÃO 23/11/2010



O Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS, criado pela Lei Estadual Nº 4.962 de 20 de Dezembro de 2006, prevê a aplicação de 10% das receitas do Fundo Estadual de Combate a Pobreza-FECP em ações destinadas a melhoria habitacional.

O efetivo percentual aplicado em cada uma dessas áreas citadas acima é calculado no encerramento de cada exercício. Desta forma, os dados apresentados na Tabela 18, são apenas parciais e indicam o ritmo de execução da despesa ao até o quinto bimestre.

Nos últimos meses do exercício a execução das despesas se acelera, desta forma, os índices calculados no período em análise já se aproximam do limite mínimo exigido.

Com exceção da Educação, todos os outros percentuais apontados demonstram uma evolução das despesas liquidadas com relação ao período Janeiro-Outubro de 2009.

Nas próximas seções serão destacadas algumas ações no âmbito de cada índice constitucional.

#### IV. 3.1 Educação

Os gastos realizados na Função Educação são executados, pela Secretaria de Educação, DEGASE, Universidades (UENF, UERJ e CECIERJ), Centros Tecnológicos (FAETEC) e FAPERJ. Os valores liquidados até Outubro somam R\$4,68 bilhões, 20,8% maior do que o aplicado no mesmo período em 2009, atingindo 24,1% no mínimo a ser aplicado (Tabela 19).

O incremento das despesas com grupo de pessoal (+13,7%) é decorrente dos aumentos concedidos aos docentes ao longo de 2010, além da admissão de 7.573 professores concursados de diversas

**Tabela 19**

DESPESA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR GRUPO

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUTUBRO)			
	2009	2010	△ %	RP CANCELADO 2009
PESSOAL	2.067.321	2.351.127	13,7%	8.268
CUSTEIO	1.737.578	2.093.192	20,5%	8
INVESTIMENTO	97.734	125.894	28,8%	6.395
INVERSÕES	3.755	10.403	177,0%	4.092
TOTAL DA DESPESA*	3.906.388	4.580.616	17,3%	18.763

FONTE SIG/SIAFEM

Extração 23/11/2010

\* A execução considera o rendimento da FR 15 que não é contabilizado no índice



áreas, de acordo com informações prestadas pela SEEDUC.

No Custo, além do aumento dos gastos com auxílio financeiro, pagos aos cotistas e residentes da UERJ, destaca-se o contrato de locação de aparelhos eletrônicos para dar suporte aos Centros Tecnológicos da FAETEC.

Os investimentos apresentaram aumento de 28,8% quando comparado ao mesmo período de 2009. Parte deste incremento é decorrente dos investimentos realizados pelo DEGASE, como reformas na Unidade do Prédio de Administração Central e do Centro de Tratamento para Dependências Químicas. Na FAETEC, o aumento (+R\$ 13,4 milhões) concentrou-se na ampliação e reforma dos Centros Tecnológicos Profissionalizantes – CETEPs e dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs).

No âmbito das inversões financeiras, o valor de R\$4,7 milhões liquidados no bimestre (Setembro- Outubro de 2010) ficou a cargo da SEEDUC para a aquisição de uma nova unidade escolar em Bangu, na região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

#### **IV. 3.2 FAPERJ**

A vinculação das receitas para a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ (2%) está prevista no art. 332 da Constituição Estadual e na Emenda Constitucional nº 32/2003.

Até outubro de 2010 foram liquidados R\$246,5 milhões no órgão, um aumento de R\$75,2 milhões quando comparado ao mesmo período de 2009. Estas despesas já ultrapassam o limite mínimo exigido em 0,3%.



O incremento na execução das despesas da FAPERJ é decorrente da ampliação do número de bolsistas, estudantes e pesquisadores.

Em 2010, 17 editais de pesquisa foram lançados e os pesquisadores vencedores já estão recebendo os auxílios concedidos.

Além disso, destaca-se o Programa de Auxílio a Editoração, que prevê edição de livros e coletâneas científicas que já contemplaram 46 pesquisadores.

#### IV. 3.3 Saúde

As despesas na área de Saúde somam R\$2,78 bilhões até o 5º bimestre, representando 11,3% da base de cálculo considerada para o limite mínimo de 12% exigido

A Tabela 20 demonstra as despesas realizadas com a função saúde por grupo de despesa.

O aumento no âmbito do custeio (+R\$393,2 milhões) decorre, principalmente, do Programa de Apoio aos Hospitais do Interior – PAHI, através do qual são transferidos recursos a diversos municípios para fortalecer a saúde no interior do Estado. No âmbito deste programa o crescimento em relação a 2009 foi de 540,29%.

Os investimentos apresentam crescimento ainda mais expressivo no quinto bimestre de 2010, com 116,6% (+R\$55 milhões) em relação ao mesmo período de 2009.

Destaca-se o incremento de 108,4% no Programa de Implementação das UPAS 24 horas, em virtude da construção de 17 novas UPAS em 2010, sendo 3 sob a gestão estadual e 14 sob gestão municipal.

Tabela 20

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FUNÇÃO SAÚDE POR GRUPO DE DESPESA			EM R\$ MIL % Δ 2010 / 2009	
	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT 2009)	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT 2010)	LIQUIDADO		
			LIQUIDADO		
PESSOAL	901.073	981.966	981.966	9,0%	
CUSTEIO*	614.506	1.007.781	1.007.781	64,0%	
INVESTIMENTOS + INVERSÕES	47.223	102.295	102.295	116,6%	
JUROS + AMORT. DA DÍVIDA	86.427	97.318	97.318	12,6%	
<b>TOTAL</b>	<b>1.649.229</b>	<b>2.189.360</b>	<b>2.189.360</b>	<b>32,8%</b>	

\* DESCONTADO O RP CANCELADO EM 2010 NO VALOR DE R\$8.471

FONTE: SIG POSIÇÃO 23/11/2010

Tabela 21

#### UPAS 24 HORAS INAUGURADAS E A INSTALAR SEGUNDO A RESPONSABILIDADE PELA GESTÃO

ANO DE INAUGURAÇÃO	RESPONSABILIDADE PELA GESTÃO		TOTAL
	ESTADUAL	MUNICIPAL	
2007	4	0	4
2008	14	2	16
2009	0	4	4
2010	3	14	17
<b>Total de unidades inauguradas</b>	<b>21</b>	<b>20</b>	<b>41</b>

FONTE: SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE



Nas UPAS com gestão municipal, o investimento para a implementação de cada unidade fica a cargo do Estado e o custo de manutenção e pessoal para realização dos atendimentos sob responsabilidade dos Municípios.

A relação das UPAS, de acordo com o responsável pela gestão está demonstrada na Tabela 21. Já foram inauguradas 41 UPAS, das quais 21 têm gestão estadual.

#### IV. 3.4 FEHIS

A aplicação obrigatória de recursos do FECP no FEHIS teve início em 2009. Inicialmente o mínimo exigido para a aplicação destas receitas era de 7,5%, passando para 10% em 2010, conforme Lei Complementar nº 122/2008.

O Fundo tem como objetivo principal garantir recursos para o financiamento de programas e projetos habitacionais no Estado do RJ a fim de promover a erradicação do déficit habitacional e viabilizar o acesso e condições de permanência na habitação.

Os projetos que compõem o Fundo e sua respectiva liquidação até Outubro de 2010 seguem demonstrados na Tabela 22. Até o 5º bimestre já foram aplicados 9% (R\$167,5 milhões).

Destacam-se as ações no âmbito da Recuperação e Melhorias em Conjuntos Habitacionais, que objetivam aprimorar a condição de vida da população residente. Cerca de 80 conjuntos estão sendo reformados. A execução desse programa teve um incremento de 1285,81% até o 5º bimestre desse ano quando comparada comparado ao mesmo período de 2009.

**Tabela 22**

RELAÇÃO DOS PROJETOS DO FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL- FEHIS		LIQUIDADOS JAN-OUT 2010
PROJETO/ATIVIDADE		
1015	Infraestrutura em Assentamentos Precários	27.249,76
1079	Reloc Morad Assent Popul Áreas Risco/Insalub	1.051.780,16
1100	Gestão da Política de Habitação	47.258,48
1206	Urbanização do Dona Marta	313.314,65
1570	Projetos Habitacionais a cargo do FNHIS	397.488,56
1613	Urbanização da Rocinha - PAC-RJ	33.772.081,32
1614	Urbanização do Complexo do Alemão - PAC-RJ	13.627.722,51
1615	Urbanização do Complexo de Manguinhos-PAC-RJ	18.193.727,72
1616	Urbanização do Pavão-Pavãozinho - PAC-RJ	1.782.593,20
1617	Urbanização do Morro do Preventório - PAC-RJ	2.351.805,01
2204	Regulariz Fund e Consolid de Assent Humanos	1.621.548,30
2467	Despesas Obrigatórias	122.500,00
5273	Recup e Melhorias em Conjuntos Habitacionais	79.178.370,33
5274	Construção de Unidades Habitacionais	15.022.886,96
TOTAL GERAL		167.510.326,96

FONTE: SIG POSIÇÃO 23/11/2010



#### IV. 3.5 FECAM

O FECAM financia projetos de cunho ambiental que visam melhorar a infra-estrutura e propiciar um efetivo desenvolvimento social e econômico.

Dos recursos arrecadados pelo Fundo, foram liquidados R\$ 202,27 milhões até outubro de 2010, incremento de 482,98% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Este aumento se deve, em parte, aos recursos provenientes de Marlim, (+101 milhões) já comentados em edições anteriores. O percentual atingido até o 5º bimestre é de 4,6%.

Em 2010, foram criados três novos projetos no âmbito do PAC - Projeto Iguaçu, Projeto da Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí e o Abastecimento de Água para a Baixada Fluminense em São Gonçalo - totalizando R\$ 57,43 milhões liquidados até outubro. Além do PAC, outros programas relevantes são desenvolvidos com recursos do FECAM, tais como Prevenção e o Controle Ambiental de Inundações (R\$25,82 milhões), a Materialização de Eco Limites (R\$ 12,14 milhões) e a Recuperação, Dragagem e Revitalização da Praia de Sepetiba (R\$11,47 milhões).



## BOX 2 – Gestão Ambiental: Comparativo entre os gastos com Prevenção e Controle de Danos Ambientais X Despesas Emergenciais

Este Box faz uma breve análise histórica das despesas realizadas com prevenção e controle de danos ambientais em comparação com aquelas destinadas às ações emergenciais, item de interesse do Banco Mundial, organização multilateral de financiamento.

A fim de avaliar o rumo da política de gestão de riscos ambientais do ERJ, foram analisados os orçamentos dos diversos órgãos que desenvolvem ações direcionadas para esta área. A Tabela abaixo apresenta, de forma consolidada, as despesas com prevenção e controle e as despesas de caráter emergencial realizadas pela atual gestão.

### RESUMO GERAL DE DESPESAS COM PREVENÇÃO E CONTROLE DE DANOS AMBIENTAIS X DESPESAS EMERGENCIAIS DECORRENTES DE DANOS AMBIENTAIS (excluídas as despesas com o PAC - Urbanização)

	2007	2008	2009	2010*	Em R\$
					% Particip. (média 2007-2010)
<b>DESPESAS COM PREVENÇÃO E CONTROLE</b>	<b>23.745.164</b>	<b>67.347.287</b>	<b>262.106.285</b>	<b>152.110.691</b>	<b>68,85%</b>
PREVENÇÃO E CONTROLE	23.745.164	67.347.287	262.106.285	152.110.691	68,85%
<b>DESPESAS COM EMERGÊNCIAS</b>	<b>29.260.082</b>	<b>7.899.815</b>	<b>55.453.844</b>	<b>107.587.081</b>	<b>31,15%</b>
ALUGUEL SOCIAL			424.725	1.885.500	0,21%
DEMAIS DESPESAS	29.260.082	7.899.815	55.029.119	105.701.581	30,93%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>53.005.246</b>	<b>75.247.102</b>	<b>317.560.129</b>	<b>259.697.772</b>	<b>100,00%</b>

\*Execução até Out/2010

FONTE: SIG 23/11/2010

Observa-se que a partir de 2008 o ERJ passou a investir mais em prevenção e controle de riscos, com o objetivo de prevenir a ocorrência de maiores acidentes ambientais com alvo na população e que, consequentemente, venham exigir maiores gastos emergenciais.

Em 2010, por conta das fortes chuvas ocorridas no início do ano, as despesas emergenciais aumentaram consideravelmente. De qualquer forma, nos quatro anos a proporção média dos gastos com prevenção x emergência foi de 68% e 32%, respectivamente. O gerenciamento do risco ambiental tem reduzido a ocorrência de acidentes e valorizado os recursos públicos nele investidos.

A Tabela ao lado apresenta as ações destinadas a Prevenção e Controle de Riscos Ambientais e a respectiva aplicação no período 2007-Out/2010, R\$505,3 milhões, com destaque para mapeamento geológico e infra-estrutura de áreas com assentamentos precários.

Nestas despesas não foram incluídas as obras de urbanização realizadas no âmbito do PAC, as quais têm impacto direto no gerenciamento de riscos ambientais.

Se considerados tais gastos, a proporção Prevenção x Emergência se altera para 90,5% e 9,5%, respectivamente, conforme mostra a Tabela abaixo.

EXECUÇÃO PREVENÇÃO E CONTROLE			
TITUO	Projeto	TIT PROJ ATIV	2007-2010
SEOBRAS	1015	Infraestrutura em Assentamentos Precários	6.973.220
DER	3090	Contenção de Encostas e Taludes	93.323.788
ITERJ	2204	Regular Fundiária e Consol de Assent Humanos	4.237.197
CEHAB	1079	Reloc Morad Assent Popul Áreas Risco/Insalub	464.305
	1618	Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí - PAC	21.864.188
	2146	Disseminação do Conhecimento Geológico	179.524
DRM	4343	Pesq Geológicas e do Meio Físico do Estado RJ	71.060
		Água Subterrânea	1.196
		Prevenção e Análise de Desastres Naturais ERJ	12.603
SEA	1554	Preserv Ambiental e Prevenção de Calamidades	330.000
	1011	Proj Bacia Rios Iguaçu/Sarapuí - PAC-RJ/FECAM	31.034.656
	1539	Prev. e Contr Ambiental Inundações - FECAM	56.553.672
FECAM	1551*	Projetos a Cargo do FECAM	10.550.080
	1534	Projeto Iguaçu - PAC	202.420.287
	1539	Prev. e Contr Ambiental Inundações - FECAM	69.328.009
INEA	1576	Fiscalização e Combate a Incêndios Florestais	7.965.644
		TOTAL GERAL	505.309.428



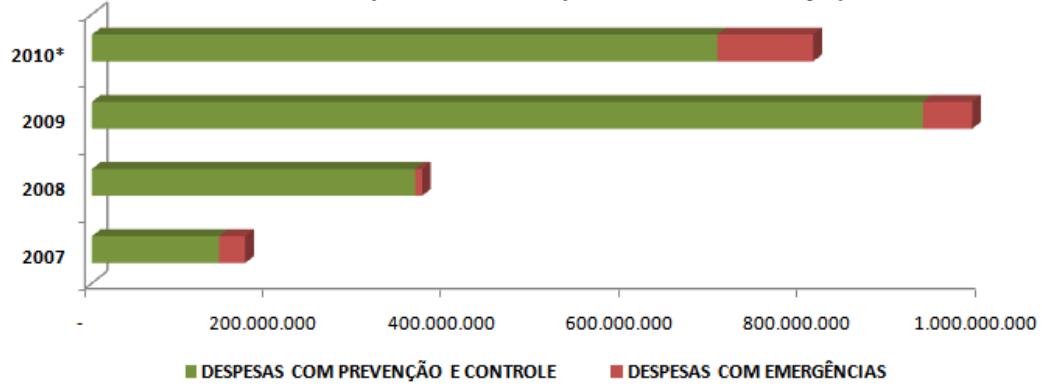
**RESUMO GERAL DE DESPESAS COM PREVENÇÃO E CONTROLE DE DANOS AMBIENTAIS X DESPESAS  
EMERGENCIAIS DECORRENTES DE DANOS AMBIENTAIS  
(consideradas as despesas com o PAC - Urbanização)**

	2007	2008	2009	2010*	Em R\$ % Particip. (média 2007-2010)
DESPESAS COM PREVENÇÃO E CONTROLE	142.999.176	363.098.920	933.786.240	703.012.627	90,50%
PAC - PROG. ACELERAÇÃO CRESCIMENTO		241.235.007	614.576.585	452.259.295	45,74%
PROGRAMAS DE URBANIZAÇÃO	119.254.012	54.516.626	57.103.371	98.642.641	25,47%
PREVENÇÃO E CONTROLE	23.745.164	67.347.287	262.106.285	152.110.691	19,30%
DESPESAS COM EMERGÊNCIAS	29.260.082	7.899.815	55.453.844	107.587.081	9,50%
ALUGUEL SOCIAL			424.725	1.885.500	0,07%
DEMAIS DESPESAS	29.260.082	7.899.815	55.029.119	105.701.581	9,43%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>172.259.259</b>	<b>370.998.735</b>	<b>989.240.084</b>	<b>810.599.707</b>	<b>100,00%</b>

\*Execução até Out/2010

FONTE: SIG 23/11/2010

**Evolução das Despesas com Prevenção de Riscos e Emergências por Danos  
Ambientais (consideradas as despesas com PAC - Urbanização)**



Somados os valores das duas tabelas o total investido em Prevenção e Controle Ambiental, no período 2007-2010, atinge R\$2,14 bilhões, confirmando a atenção do Estado nessa área.

A realização de estudos e avaliações de riscos ambientais é essencial para evitar a ocorrência de acidentes e consequentemente incorrer em maiores custos para solucionar problemas de forma emergencial. Organizações internacionais envolvidas no assunto recomendam que os estados desenvolvam infra-estrutura para evitar maior suscetibilidade às mudanças climáticas, visto que ocorrido o dano ambiental, este pode ser irreversível, tornando-se impossível a recomposição das áreas degradadas.



### BOX 3 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM SEGURANÇA

Neste Box serão destacadas as despesas com Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Estas serão avaliadas a partir da Função Segurança no período 2001 a 2010. Tal função engloba as áreas de Polícia Civil e Militar, Administração Penitenciária, Defesa Civil e DETRAN. Este último, além de repassar verbas diretamente para a Secretaria de Segurança realiza todo o processo de identificação civil, fundamental para o combate à criminalidade.

Para realizar o acompanhamento da série histórica, alguns ajustes metodológicos são necessários para a comparação no período.

De 2001 a 2008, a despesa com Inativos da área de Segurança Pública era classificada na própria Função Segurança. A partir de 2009, tal despesa passou a ser classificada na Função Previdência Social. A comparação dos valores exige a inclusão dos gastos com inativos a partir de 2009 ou sua exclusão nos anos anteriores a 2009. Esses gastos são contabilizados no Programa de Trabalho 4135 – Encargos com Inativos - Área de Segurança Pública.

A Tabela abaixo apresenta a despesa realizada no período 2001-2010 na Função Segurança por grupo, na qual se observa um expressivo crescimento real (104%) em investimentos. Além disso, as despesas de pessoal e custeio cresceram, respectivamente, 33,1% e 32,9%.

TIT GRUPO DESPESA	EM R\$ Milhões												
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	DOT ATUAL 2010**	EMPENHADO 2010**	LIQUIDADÓ 2010**	VAR 2010/2001
PESSOAL ATIVOS + INATIVOS	3.248	4.003	4.190	3.378	3.428	3.765	3.602	3.738	3.970	4.325	3.816	3.787	33,16%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	840	834	954	1.064	1.065	1.118	843	976	1.063	1.117	1.016	846	32,98%
INVESTIMENTOS + INVERSÕES	248	247	96	127	136	118	89	218	244	506	344	213	104,30%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4.336</b>	<b>5.085</b>	<b>5.240</b>	<b>4.569</b>	<b>4.630</b>	<b>5.002</b>	<b>4.533</b>	<b>4.931</b>	<b>5.277</b>	<b>5.948</b>	<b>5.176</b>	<b>4.846</b>	<b>37,19%</b>

VALORES CORRIGIDOS PELO IPCA MÉDIO DO PERÍODO

\*EXCLUI DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA / IO E CEDAE

\*\* EXECUÇÃO ATÉ 29-11-2010

Nas despesas com pessoal, destacam-se as diversas ações de valorização profissional tais como concessão de reajustes e gratificações, além da realização de concursos para fortalecimento do quadro de pessoal. A Tabela a seguir apresenta os reajustes concedidos na Segurança Pública desde 2007.

QUADRO RESUMO DOS AUMENTOS DE PESSOAL CONCEDIDOS A PARTIR DE JULHO DE 2010

TIPO DE REAJUSTE	INSTITUIÇÕES / CARREIRAS	LEI	ANO
REAJUSTE DE 4%	PCERJ / PMERJ / CBMERJ / INSPECTOR DE SEGURANÇA E ADM. PENITENCIÁRIA	LEI Nº 5081	2007
REAJUSTE DE 8%	PCERJ / PMERJ / CBMERJ / INSPECTOR DE SEGURANÇA E ADM. PENITENCIÁRIA	LEI Nº 5301	2008
REAJUSTE DE 5%	PCERJ / PMERJ / CBMERJ	LEI Nº 5573	2009
REAJUSTE DE 5%	SANTA CABRINI / INSPECTOR DE SEGURANÇA E ADM. PENITENCIÁRIA	LEI Nº 5578	2009
REAJUSTE DE 10%	PCERJ / PMERJ / CBMERJ	LEI Nº 5750	2010
REAJUSTE DE 10%	PESSOAL ADM. PENITENCIÁRIA	LEI Nº 5751	2010
REAJUSTE DE 4,769%	INSPECTOR DE SEGURANÇA E ADM. PENITENCIÁRIA	LEI Nº 5754	2010
REAJUSTE DE 10%	PESSOAL ADM. PENITENCIÁRIA (EXCETO INSPECTORES)	LEI Nº 5754	2010
REAJUSTE DE 10%	SANTA CABRINI	LEI Nº 5763	2010
MAJORA VENCIMENTOS	DELEGADOS DE POLÍCIA	LEI Nº 5764	2010
REAJUSTE EM 48 PARCELAS DE 0,915%	PCERJ / PMERJ / CBMERJ	LEI Nº 5767	2010
REAJUSTE EM 48 PARCELAS DE 0,915%	INSPECTOR DE SEGURANÇA E ADM. PENITENCIÁRIA	LEI Nº 5768	2010



No âmbito do investimento, os gastos apresentam crescimento real expressivo a partir de 2007 (vide gráfico abaixo).



\*Valores corrigidos pelo IPCA médio do período

Vale ressaltar a implantação (a partir de 2007) de um novo sistema de renovação da frota sob a forma de *leasing*, permitindo não só o aumento da frota, que hoje ultrapassa 1.500 veículos, como também a constante renovação da mesma, garantindo o permanente policiamento no Estado do Rio de Janeiro.

Além disso, foram adquiridos oito veículos e um helicóptero blindados para a Polícia Militar e Civil, além de pistolas, coletes balísticos, miras, e outros materiais necessários às ações policiais. Em 2010, a compra de outro helicóptero blindado para as ações da PMERJ está sendo finalizada.

A nova política de Segurança Pública, que visa recuperar para o Estado os territórios empobrecidos e dominados por traficantes, já conta com 13 Unidades de Polícia Pacificadora implantadas. A criação da **Unidade de Polícia Pacificadora - UPP** se deu por meio do **Decreto 41.650** de 21 de janeiro de 2009, passando a vigorar a partir da sua data de publicação, 22.01.2009.

A UPP se trata de uma unidade integrante da estrutura da Polícia Militar, formada por uma tropa especializada e tecnicamente preparada e adaptada para a execução de ações especiais concernentes à pacificação e à manutenção da ordem pública nas comunidades carentes.

Os Policiais Militares lotados nas UPP's, submetem-se a condições especiais de serviço e recebem **Gratificação de Encargos Especiais** no valor de **R\$ 500,00** (quinhentos reais), paga pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, de acordo com o convênio firmado entre Prefeitura e Governo do Estado.

A Tabela abaixo apresenta as Unidades de Polícia Pacificadora implantadas até o momento, seus respectivos efetivos e o número de moradores beneficiados.



## UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA

DATA DE INSTALAÇÃO	UNIDADE	COMUNIDADE	BAIRRO	ZONA	EFETIVO	POPULAÇÃO BENEFICIADA
nov/08	1ª UPP	Santa Marta	Botafogo	Sul	125	10.000
fev/09	2ª UPP	Cidade de Deus	Jacarepaguá	Oeste	314	45.000
fev/09	3ª UPP	Jardim Botânico	Realengo	Oeste	107	40.000
jun/09	4ª UPP	Babilônia e Chapéu-Mangueira	Leme	Sul	104	10.000
dez/09	5ª UPP	Cantagalo-Pavão-Pavãozinho	Entre Copacabana e Ipanema	Sul	196	13.000
jan/10	6ª UPP	Ladeira dos Tabajaras e Cabritos	Copacabana	Sul	144	7.000
abr/10	7ª UPP	Providência	Entre Santo Cristo e Gamboa	Centro	212	10.000
jun/10	8ª UPP	Borel	Tijuca	Norte	298	20.000
jul/10	9ª UPP	Formiga	Tijuca	Norte	115	5.000
jul/10	10ª UPP	Andaraí	Andaraí	Norte	219	13.000
set/10	11ª UPP	Salgueiro	Tijuca	Norte	140	5.000
set/10	12ª UPP	Turano	Entre Tijuca e Rio Comprido	Norte	185	18.000
nov/10	13ª UPP	Macacos*	Vila Isabel	Norte	228	
<b>TOTAL</b>					<b>2.387</b>	<b>196.000</b>

\* Unidade Recém Inaugurada, ainda sem informações quanto à população beneficiada

Com todas as ações realizadas na área da Segurança Pública, os indicadores de violência apresentaram um cenário favorável; houve uma redução de cerca de 30% nos homicídios dolosos entre 2005 e 2010 e em junho deste ano, foi registrado o menor número de homicídios desde 1991, quando os dados começaram a ser monitorados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP).

## BOX 4 – BILHETE ÚNICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Bilhete Único do Estado do Rio de Janeiro instituído pela Lei Estadual 5.628, de 29 de dezembro de 2009 e regulamentado pelo Decreto 42.262, de 26 de janeiro de 2010, entrou em vigor a partir de 01 de fevereiro de 2010.

O benefício tarifário, com redução das tarifas praticadas nos serviços de transporte intermunicipal, pode ser utilizado em no máximo 02h30min (duas horas e meia), com 01 transbordo e com valor de tarifa fixado em R\$4,40, abrangendo 20 municípios do Estado do Rio de Janeiro, conforme mostra o mapa abaixo.





O benefício tarifário é coberto pelo Estado por meio do Fundo Estadual de Transportes (FET), o qual transfere o valor equivalente à economia feita por cada usuário às empresas de transportes públicos. Ou seja, o Governo do Estado assume a parcela economizada pelo usuário.

De acordo com dados da Secretaria Estadual de Transportes, o subsídio pago pelo Estado equivale em média a 26,9% do valor total das transações. Desde a implantação do Bilhete Único até o mês de Outubro, já foram pagos R\$148,6 milhões.

A economia feita com o uso do Bilhete Único representa um ganho não só para o usuário do transporte público, como também para o empregador. A redução do custo da passagem tem impacto direto no índice de empregabilidade, uma vez que desonera em parte a folha de pagamentos.

Uma análise das principais integrações intermunicipais mostra a economia feita pelo usuário por dia, mês e ano, podendo chegar a mais de R\$3 mil por ano.

#### RESUMO MENSAL - BILHETE ÚNICO

MÊS	VALOR TOTAL TRANSAÇÕES	VALORES PAGOS PELOS USUÁRIOS	SUBSÍDIO ERJ	Em R\$ Mil
				% SUBÍDIO
FEVEREIRO	43.214	32.727	10.487	24,27%
MARÇO	56.293	41.706	14.587	25,91%
ABRIL	52.195	38.542	13.652	26,16%
MAIO	62.081	45.725	16.356	26,35%
JUNHO	62.100	45.398	16.703	26,90%
JULHO	67.070	48.583	18.487	27,56%
AGOSTO	69.890	50.419	19.471	27,86%
SETEMBRO	68.964	49.679	19.285	27,96%
OUTUBRO	69.564	49.992	19.572	28,14%
<b>TOTAL</b>	<b>551.370</b>	<b>402.770</b>	<b>148.599</b>	<b>26,95%</b>

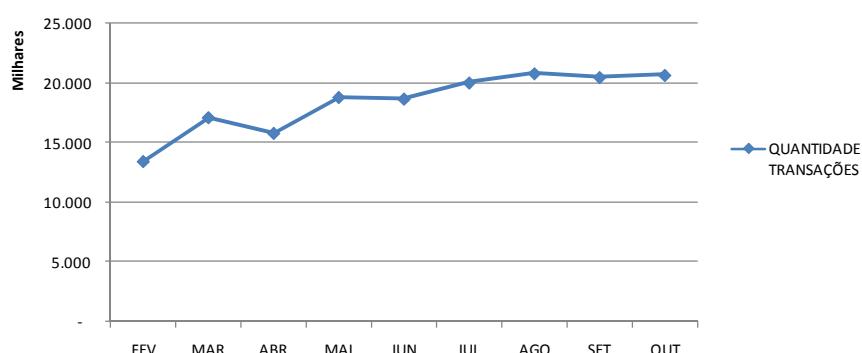
#### Economia Realizada com o Uso do Bilhete Único - Integrações Intermunicipais

Trecho	Total Passagem (R\$)	Total por dia (Ida e Volta - R\$)	Total por dia com Bilhete Único (R\$)	Economia por dia (R\$)	Economia por mês (R\$)*	Economia por ano (R\$)
Maricá-Rio	9,50	19,00	8,80	10,20	204,00	2.448,00
Nova Iguaçú-Rio	4,90	9,80	8,80	1,00	20,00	240,00
Niterói-Rio	5,20	10,40	8,80	1,60	32,00	384,00
Itaguaí-Rio	8,55	17,10	8,80	8,30	166,00	1.992,00
D. Caxias-Rio	6,05	12,10	8,80	3,30	66,00	792,00
São Gonçalo-Rio	8,10	16,20	8,80	7,40	148,00	1.776,00
Nova Iguaçú-Itaboraí	11,30	22,60	8,80	13,80	276,00	3.312,00

\*Considerado uso por 20 dias no Mês

O uso do Bilhete Único vem crescendo a cada mês desde a sua implantação. Em fevereiro o total de transações foi de 13,4 milhões. No mês de outubro o total de transações alcançou 20,6 milhões. O Gráfico abaixo apresenta esta evolução.

#### EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE TRANSAÇÕES DO BU





Até o final do ano os recursos alocados no Fundo Estadual de Transportes somam R\$183 milhões.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2010 - BILHETE ÚNICO

UO	PT	GRUPO DESPESA	DOT.ATUAL	EMPENHADO	EMP. LIQUI.	DESP. PAGA
3161 - Fundo Estadual de Transportes	2581 - Operacionalização do Bilhete Único	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	182.750.000	157.570.000	129.993.877	129.511.220
		INVESTIMENTOS	250.000	-	-	-
TOTAL GERAL			183.000.000	157.570.000	129.993.877	129.511.220

\*Execução até Out/2010



## V. Administração Financeira

### V.1 Cota Financeira

O montante da Cota Financeira liberada<sup>15</sup> para o ano de 2010 foi sendo ajustado ao longo do ano de acordo com a arrecadação da receita. Conforme exposto no Gráfico 1 pode ser observado que as Fontes de Recurso do Tesouro<sup>16</sup> foram liberadas em maior valor do que as demais fontes<sup>17</sup>. O acréscimo ocorrido na liberação da Cota Financeira foi de R\$ 1,5 bilhão para as fontes de recurso do tesouro, e R\$ 1,0 bilhão para as demais fontes, valores apurados entre a Resolução SEFAZ nº 279 de 09 de fevereiro e a Resolução SEFAZ nº 339 de 14 de outubro.

Até o 5º bimestre de 2010, os órgãos haviam recebido de Cota Financeira R\$ 8,4 bilhões, sendo R\$ 4,7 bilhões da FR do Tesouro e R\$ 3,7 bilhões das demais fontes, dados que corroboram a opção dentre as dotações orçamentárias disponíveis aos órgãos pela utilização dos recursos do Tesouro.

No tocante aos Recursos do Tesouro, as áreas prioritárias (Saúde, Educação e Segurança) se destacaram pela eficácia na utilização desses recursos. Esta eficácia pode ser comprovada com os altos índices encontrados na execução das etapas da despesa<sup>18</sup> (Erro! Fonte de referência não encontrada.). Destaque para área da Segurança que liquidou 89% das suas despesas empenhadas,

Gráfico 1

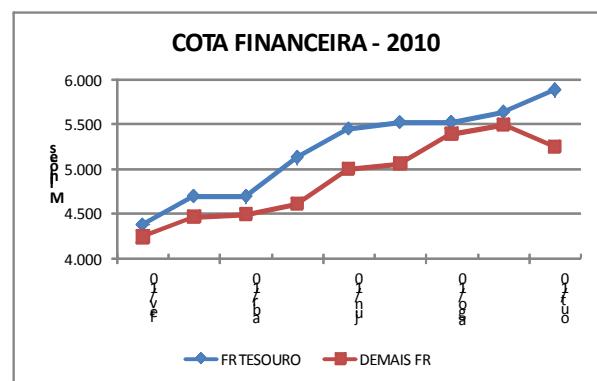


Tabela 23

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ OUTUBRO DE 2010

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - TESOURO	5.520.862	4.649.088	4.744.481	4.556.576	4.195.860
FR - OUTROS	3.063.773	1.925.274	3.677.885	1.801.187	1.673.047
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>8.584.634</b>	<b>6.574.342</b>	<b>8.422.115</b>	<b>6.357.754</b>	<b>5.871.907</b>

FONTE: SISFAZ/RFM

Obs.: Padrão Acumulado até Outubro/2010

FR	(B) / (A)	(B) / (C)	(D) / (B)	(D) / (C)	(E) / (D)
FR - TESOURO	84,21%	97,99%	98,01%	96,04%	92,15%
FR - OUTROS	62,84%	52,35%	93,55%	48,98%	92,89%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>76,58%</b>	<b>78,06%</b>	<b>96,71%</b>	<b>75,49%</b>	<b>92,36%</b>

FONTE: SISFAZ/RFM

Obs.: Padrão Acumulado até Outubro/2010

Tabela 24

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ OUTUBRO DE 2010 POR ÁREAS FR TESOURO

ÁREA	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	471.353	395.814	354.924	353.055	374.107
SAÚDE	1.405.404	1.210.250	1.195.446	1.187.559	1.085.087
SEGURANÇA	542.470	305.854	315.655	300.754	292.471
DEMAIS ÁREAS	3.500.556	2.755.149	2.547.445	2.655.135	2.444.195
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5.520.862</b>	<b>4.649.088</b>	<b>4.744.481</b>	<b>4.556.576</b>	<b>4.195.860</b>

FONTE: SISFAZ/RFM

Obs.: Padrão Acumulado até Outubro/2010

ÁREA	(B) / (A)	(B) / (C)	(D) / (B)	(D) / (C)	(E) / (D)
EDUCAÇÃO	84,19%	105,09%	95,54%	99,52%	97,66%
SAÚDE	55,05%	100,98%	95,15%	99,09%	91,62%
SEGURANÇA	39,32%	97,31%	95,33%	95,33%	97,23%
DEMAIS ÁREAS	51,90%	96,09%	95,14%	94,50%	91,03%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>54,31%</b>	<b>97,29%</b>	<b>95,01%</b>	<b>95,04%</b>	<b>91,15%</b>

FONTE: SISFAZ/RFM

Obs.: Padrão Acumulado até Outubro/2010

<sup>15</sup> Resoluções SEFAZ publicadas no período de fevereiro a outubro de 2010, destinadas aos gastos com custeio e capital.

<sup>16</sup> Fontes: 00; 01; 04; 06; 07; 20 e 22

<sup>17</sup> Fontes: 05; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 21; 25; 26; 90; 95; 96; 97; 98; e 99.

<sup>18</sup> Empenho, liquidação, e emissão da ordem de pagamento.



e converteu 98% das despesas liquidadas em Programações de Desembolso – PD's.

A despeito do alto índice de utilização da cota financeira suportada por FR Tesouro, a Secretaria de Fazenda manteve a agilidade nos pagamentos destas PD's. Ressalte-se que só nas áreas da Educação e da Segurança foram honradas 97% das Programações de Desembolso emitidas.

## V.2. Pagamento de PD's

O Tesouro Estadual conseguiu, neste bimestre, reduzir o prazo dos pagamentos se comparado com o mesmo período de 2009 e 2008. Além disso, o prazo praticado neste 5º bimestre foi inferior ao verificado no bimestre anterior deste ano.

Nos meses de setembro e outubro, o Tesouro executou as Programações de Desembolso, emitidas pelos órgãos, com o prazo médio de 9 dias para áreas prioritárias e de 10 dias para áreas não prioritárias (Gráficos 2 e 4), enquanto no 5º bimestre de 2009, os prazos foram: 12 dias para áreas prioritárias e 19 dias para as áreas não prioritárias, e no 4º bimestre deste ano: 12 dias para as áreas prioritárias e 20 dias para áreas não prioritárias (Gráficos 2 e 4). Esta celeridade pode ser atribuída à eficiência com que os recursos do Tesouro Estadual estão sendo geridos.

Neste período (5º bimestre), 99,3% das PD's pagas foram honradas em até 30 dias após a data de sua emissão, e apenas 0,5% em até 45 dias, e neste último caso estão Programações de Desembolso que, seja por questões de trâmites contratuais seja por erros na sua emissão não puderam ser pagas em prazo inferior.

Cabe observar que as medidas adotadas pelo Tesouro do Estado conjuntamente com a

Tabela 25

### PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's

5º BIMESTRE DE 2010

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIA	9
NÃO PRIORITÁRIA	10
Total geral	9

Fonte: Sistema de Apoio ao Tesouro Estadual - SATE

Gráfico 2

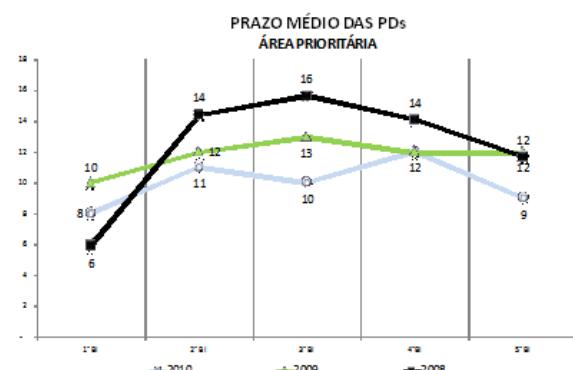


Gráfico 4

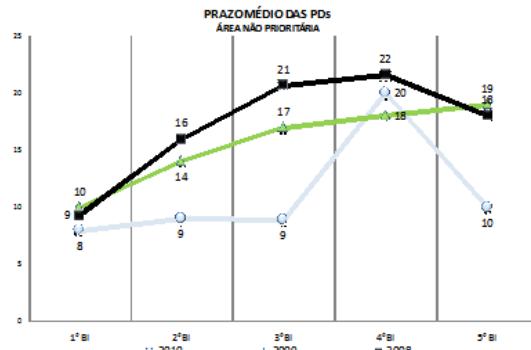
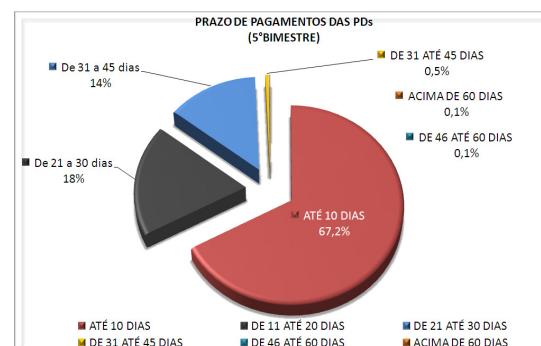


Gráfico 2





Contadoria Geral do Estado (CGE) ao longo desta gestão têm contribuído para a redução de PD's com erro, o que possibilita ao Tesouro Estadual executar de forma ágil os compromissos assumidos pelos órgãos.

#### **BOX 5 – Melhorias no Controle Interno via SIAFEM**

Em 30 de janeiro de 1997, foi editado o Decreto nº 22.939, que implantou o Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios (SIAFEM) no Estado do Rio de Janeiro.

Neste sistema é realizado o controle de toda função orçamentária, financeira e contábil do Estado, além de ser o sistema em que são confeccionadas as Programações de Desembolso (PD's)<sup>19</sup>, que são utilizadas como documento de pagamento e cuja execução é de competência do Tesouro Estadual.

Conforme informado em edições anteriores do Boletim de Transparência Fiscal, a Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro vem buscando a otimização do funcionamento do SIAFEM, por intermédio de um grupo de servidores destacados pela Subsecretaria de Finanças (SUBFIN) e pela CGE.

Esta equipe foi formada com o objetivo precípua de aperfeiçoar as funcionalidades disponíveis no SIAFEM, melhorando a qualidade dos procedimentos adotados nos pagamentos, reduzindo, assim, eventuais problemas que poderiam ocorrer na execução destes.

Destarte, vêm-se implantando no sistema, ferramentas que minimizam a possibilidade de ocorrência de erros no momento do lançamento de dados. Os resultados obtidos com esse trabalho proporcionaram a redução significativa de incorreções nas programações de desembolso emitidas pelas unidades gestoras e a melhora dos relatórios gerenciais emitidos pelo Tesouro Estadual, possibilitando, desta forma, o melhor acompanhamento dos gastos públicos e o aprimoramento das ações de controle interno e externo.

Entre algumas melhorias feitas recentemente pode-se listar:

- Inserção de várias críticas efetuadas pelo sistema no momento da emissão da programação de desembolso, evitando, assim, que o servidor emita documento com dados incorretos, que retardam o pagamento pelo Tesouro;
- Emissão automática de COMUNICA<sup>20</sup> informando erro de execução na PD para a UG emissora;
- Criação de uma inscrição genérica para os consórcios, para uma maior transparência e controle no pagamento dos mesmos;
- Inserir uma crítica para impedir a confecção de uma PD de convênio quando este estiver vencido, informando ao usuário que o mesmo já expirou;

<sup>19</sup> As PD's são emitidas pelos entes do Estado, responsáveis pela despesa.

<sup>20</sup> COMUNICA é um aviso/comunicado enviado por meio do SIAFEM.



- Não permitir empenhamentos ou reforços de empenho quando a vigência do convênio estiver expirada;
- Criação do Documento de Liquidação (DL), que tornou obrigatório o preenchimento, pelos órgãos, das informações pertinentes ao documento que comprova a prestação do serviço ou a entrega do produto contratado, permitindo aumentar a coerência entre o gasto e a execução de serviços; e,
- Inserção de uma crítica para impedir que os órgãos consigam emitir uma PD com uma conta bancária do favorecido diferente da cadastrada no convênio.

Não obstante já ter havido uma grande evolução no tocante à implementação de novas críticas e/ou ferramentas no SIAFEM, a busca pela melhoria contínua dos procedimentos adotados para a realização dos pagamentos permanece sendo um dos focos da atuação do Tesouro Estadual. Assim, cabe ressaltar que, até o presente momento, existem 39 demandas concluídas e 12 demandas pendentes.

Das 12 demandas pendentes, 10 são pertinentes ao Módulo de Convênios do SIAFEM<sup>21</sup>. O número expressivo de demandas de melhorias deste módulo se justifica na crescente demanda da área de convênios, haja vista os diversos programas implantados, como por exemplo, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o Programa Somando Forças, entre outros<sup>22</sup>. Destarte, resta clara a necessidade de que as informações disponibilizadas neste módulo sejam o mais completas possível, permitindo, tanto ao gestor como ao beneficiário do convênio, acesso a uma gama de informações. Esta medida viabilizará o melhor controle dos recursos aplicados e, por conseguinte, maior transparência na utilização destes.

Dianete do exposto, resta claro que o resultado deste trabalho tem sido bastante positivo, uma vez que se pode verificar uma redução significativa de incorreções nas programações de desembolso emitidas pelas unidades gestoras e, conseqüentemente, o adimplemento mais célere dessas obrigações que, anteriormente, eram impedidas de serem executadas devido a não conformidade.

### **V.3. Administração do Saldo de Caixa do Tesouro**

O Comitê de Política Monetária (COPOM), na 154<sup>a</sup> reunião, realizada nos dias 19 e 20 de outubro de 2010, decidiu, por unanimidade, pela segunda vez

<sup>21</sup> O Módulo de Convênios foi inserido no SIAFEM, por meio do Decreto n° 33.502, de 03 de julho de 2003, com o intuito de tornar mais efetivo o acompanhamento dos recursos financeiros destinados aos Convênios de Receita e de Despesa celebrados no âmbito do Estado.

<sup>22</sup> Nesse ínterim, cabe salientar que, dentre as modalidades de transferência de recursos existentes, o Convênio é a mais factível de fiscalização, uma vez que, neste, o objeto deve ser especificado, o prazo definido e a prestação de contas é obrigatória.



consecutiva, pela conservação da taxa Selic em 10,75% a.a. Um dos fatores que levaram a interrupção do ciclo de alta da taxa básica de juros foi a desaceleração do crescimento econômico no curto prazo.

Entretanto, o risco de pressão nos índices de inflação, a médio e a longo prazo, pode gerar uma novo ciclo de elevação da Selic no ano que vem. Ressalte-se, contudo, que esse movimento já está sendo precificado pela estrutura a termo (Andima), que apresenta um ajuste para cima, com uma estimativa de taxa de 11,50% a.a no final de 2011 (Gráfico 3).

Desde o início do ano, a taxa Selic passou por um aumento de 2 pontos percentuais, colaborando diretamente com o aumento da receita financeira do Tesouro Estadual, ao longo do ano de 2010, que apresentou um crescimento nominal de 13% até outubro, quando comparado com o ano anterior.

Além do efeito da SELIC, esse crescimento da receita financeira do Tesouro pode ser creditado, também, à diligência da gestão atual no que tange à aplicação financeira, sempre buscando: (i) a alocação dos recursos de forma ótima; (ii) a renegociação das taxas de remuneração dos fundos; e (iii) a mudança de carteira e regras de aplicação.

No 5º bimestre, os fundos exclusivos tiveram um rendimento médio de 99,3% do CDI, superando em 3 pontos base a média do desempenho acumulado em 2010.

Vale destacar que o bom desempenho nas aplicações, permitiu que o Tesouro Estadual, já no 5º bimestre de 2010, batesse a meta da receita financeira prevista na LOA, para o exercício de 2010.

Gráfico 3

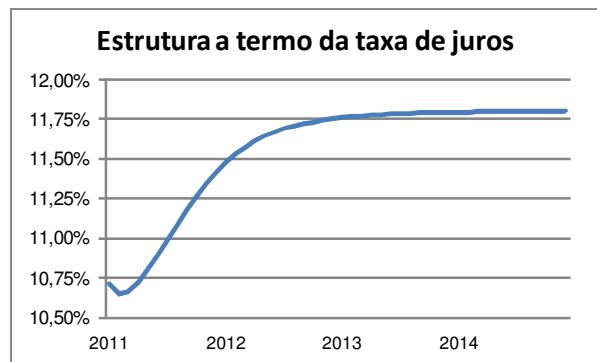


Gráfico 4

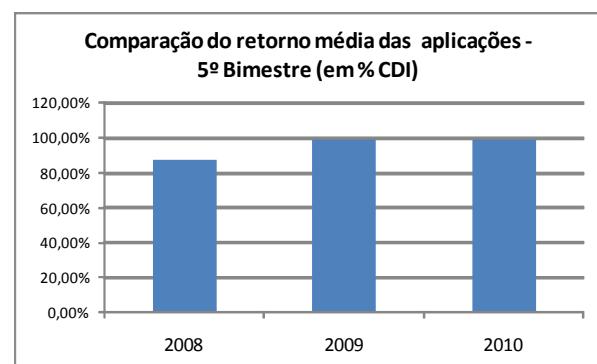


Gráfico 5

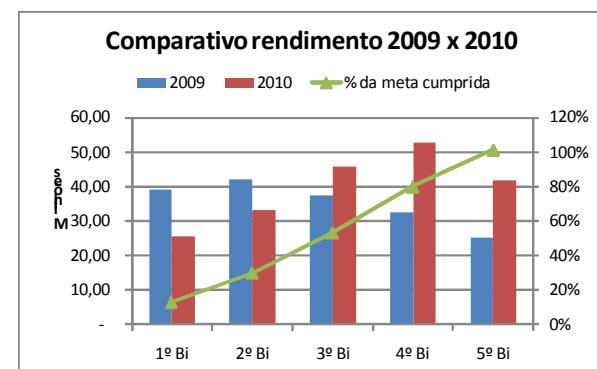
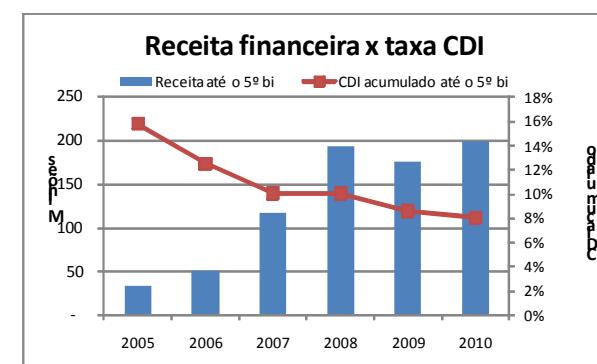


Gráfico 6





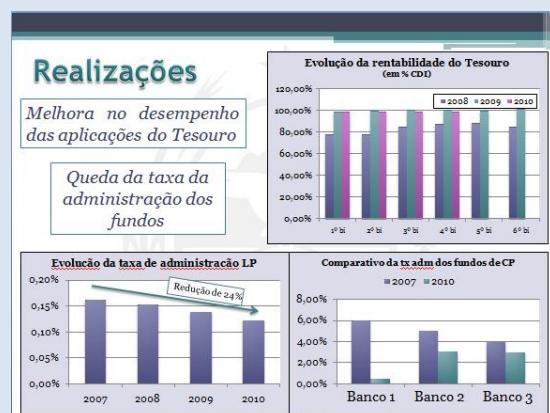
## BOX 6 – Comitê de Investimento

Criado pela Resolução SEFAZ nº 318, de 04 de agosto de 2010, o Comitê de Investimentos tem a incumbência de elaborar e deliberar sobre as propostas mensais e anuais de investimento do Tesouro do Estado.

Sendo assim, no dia 30 de setembro de 2010, ocorreu a primeira reunião do Comitê de Investimento.

A pauta da reunião foi segmentada em seis pontos: (i) a apresentação do Comitê, constou da proposta, composição e funcionamento do Comitê cujo amparo legal está na Resolução supracitada; (ii) em projeções dos cenários macroeconômicos; (iii) projeções de arrecadação; (iv) na apresentação do fluxo de caixa do Tesouro Estadual; (v) no desempenho das aplicações financeiras; e (vi) em realizações e propostas de aplicação financeira dos recursos para o mês subsequente.

Destacou-se, na apresentação feita, a melhora do desempenho das aplicações financeiras do Tesouro Estadual. Para isso, mostrou-se a evolução da relação entre receita financeira e taxa CDI (*benchmark* das aplicações), redução da taxa de administração dos fundos, além de um comparativo da taxa de administração dos fundos exclusivos com os praticados no mercado.





#### V.4. Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No período entre janeiro e novembro de 2010, os órgãos e entidades estaduais utilizaram o montante de R\$ 202,4 milhões para honrar as despesas com serviços de energia elétrica, distribuição de água tratada, telefonia, transmissão de dados, fornecimento de gás e correios, totalizando 84% dos gastos realizados pelos órgãos com serviços públicos essenciais.

Como parte da estratégia para tornar o adimplemento destas obrigações cada vez mais célere, a Subsecretaria de Finanças vem acompanhando os níveis de faturamento pelas concessionárias e a liquidação destas despesas pelos órgãos. Neste sentido foi fundamental o aperfeiçoamento do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias - SIPC, criado com a finalidade de centralizar a execução orçamentária destas despesas. Atualmente, o SIPC conta com 13 concessionárias.

Saliente-se que, em breve, a CEDAE fará parte do SIPC, uma vez que esta empresa já está providenciando a implantação operacional necessária para integrar este Sistema<sup>23</sup>.

Na sistemática de pagamento por intermédio de descentralização orçamentária foi registrado, até outubro de 2010, um faturamento de R\$ 119 milhões, tendo sido quitado até o presente momento o equivalente a 95% desta importância.

Coadunando-se com a política da atual gestão de priorizar o adimplemento das despesas obrigatórias, a grande maioria dos Órgãos/Entidades efetua os procedimentos necessários para o pagamento até o dia 25 de

Gráfico 7

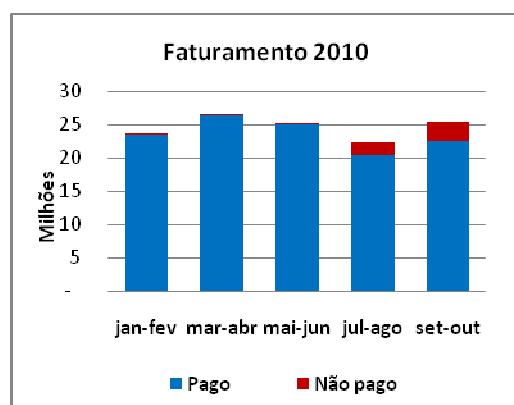
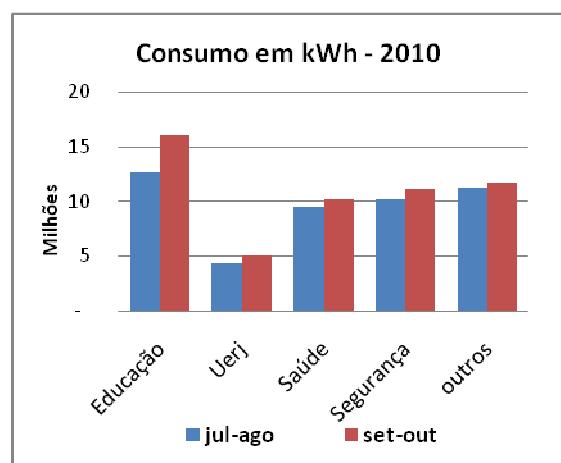


Gráfico 8



<sup>23</sup> A CEDAE solicitou a inclusão ao SIPC a partir de 2011, por meio do Ofício PRES V nº032, de 10 de dezembro de 2010.



cada mês, data de vencimento acordada com as concessionárias. Os valores pendentes dependem, basicamente, da Secretaria de Administração Penitenciária efetuar os ajustes necessários no seu orçamento para poder honrar suas despesas com serviços públicos essenciais.

Ressalte-se que da dotação orçamentária de R\$ 265 milhões, disponibilizada em 2010 no Programa de Trabalho específico, já foram empenhados R\$ 219 milhões, ou seja, 83% do total.

Não obstante a execução da dotação orçamentária estar ocorrendo conforme a previsão inicial, cabe salientar que, no sexto bimestre do corrente ano é imprescindível a presteza dos órgãos na execução dos procedimentos para contabilização das despesas com concessionárias dentro do exercício, a fim de que se evite a criação de dívidas para os anos posteriores.

Com o objetivo de mensurar de forma ampla e exata os gastos dos órgãos com serviços públicos, foram desenvolvidas ferramentas para processar com rapidez e precisão os dados técnicos enviados pelas concessionárias. Com estas ferramentas de automação, a Coordenação de Acompanhamento e Controle de Pagamento de Concessionárias de Serviços Públicos – CACPC concilia e acompanha, além dos pagamentos, o consumo e a demanda contratada de energia elétrica, individualmente por instalação<sup>24</sup>.

No tocante ao consumo de energia elétrica, comparando-se o 5º bimestre de 2010 com o bimestre anterior, pode-se verificar um aumento em kWh de 13%. Parte desta majoração é devida ao término das férias escolares do mês de julho.

<sup>24</sup> Esta ferramenta é parte do projeto de modernização institucional da SUBFIN (ver seção V.9), no âmbito da mitigação dos riscos operacionais.



Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados wireless. No âmbito dos serviços de telefonia fixa, houve um acréscimo de 6% no faturamento da rede governo, no bimestre quando comparado com o anterior.

No que tange à transmissão de dados, o Tesouro despendeu, até o presente momento, a soma de R\$ 26 milhões, enquanto que ao longo de todo o ano de 2009, o total gasto com estes serviços foi de R\$ 22 milhões. Mais da metade do valor empregado com estes serviços decorre do projeto de informatização da Secretaria de Educação, desenvolvido pela atual gestão.



## BOX 7 - Cadastro de Instalações e Consumo de Energia Elétrica, Controle de pagamentos às Concessionárias e Histórico de Pagamentos às Concessionárias

Conforme já explicitado, a Subsecretaria de Finanças vem passando por um projeto de modernização institucional, que tem, entre suas frentes, a mitigação do risco operacional em atividades de sua competência. Sem sombra de dúvidas a área que envolve o acompanhamento de Concessionárias foi o setor que obteve o maior desenvolvimento dessas ferramentas.

Preliminarmente, cabe destacar que, para o desenvolvimento das ferramentas em questão, a Coordenação de Acompanhamento e Controle de Pagamento de Concessionárias de Serviços Públicos – CACPC passou a interagir diretamente com as Concessionárias e com os órgãos estaduais.

A primeira ferramenta, denominada “Cadastro de Instalações e Consumo de Energia Elétrica”, proporcionou ao Tesouro Estadual a constituição de uma base de cadastro com todas as instalações estaduais que consomem energia elétrica.

Com o desenvolvimento da ferramenta citada, a SUBFIN passou a ter subsídios para um monitoramento efetivo do consumo individual de cada instalação, permitindo a elaboração de análises técnicas que visam uma gestão mais eficiente dos gastos com os serviços públicos. Imperioso destacar o avanço obtido com o desenvolvimento desta ferramenta, pois, além do consumo individual para cada instalação, é possível analisar o consumo das demandas utilizadas e o consumo efetivamente contratado. Com isso, a SUBFIN poderá analisar e elaborar Relatórios Gerenciais acerca do gasto de cada Órgão, disponibilizando informações sobre o seu consumo de energia elétrica, evidenciando a possibilidade de revisão de seus contratos e, consequentemente, a redução de suas despesas.

Já com o desenvolvimento da ferramenta “Controle de pagamentos às Concessionárias” foi possível conciliar todos os pagamentos efetuados às Concessionárias, por Órgão, com os valores de consumo informados pelas Concessionárias (que são enviadas à CACPC, por meio de faturas). A qualquer momento, a ferramenta possibilita que sejam criados Relatórios Gerenciais automáticos, que são utilizados pela SUBFIN e disponibilizados no subportal do Tesouro Estadual. Concomitantemente, foi criada a ferramenta “Histórico de Pagamentos às Concessionárias”, que permite acumular todos os dados históricos de consumo dos anos anteriores.

Ao final de cada exercício, todos os dados de consumo das Concessionárias são importados automaticamente para uma planilha, permitindo, assim, que o Tesouro Estadual passe a acompanhar e a ter controle dos dados de consumo, por concessionária.



## V. 5. Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

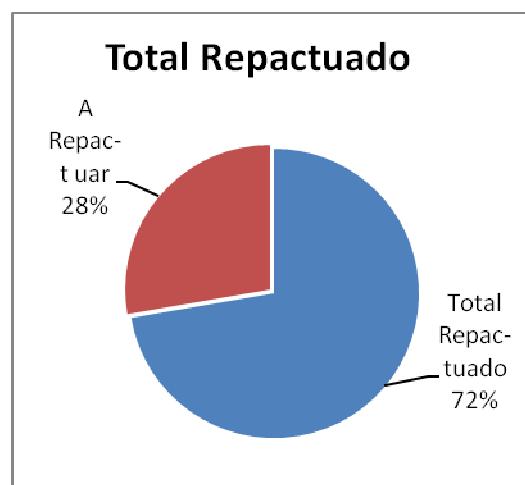
Como já narrado em edições anteriores, desde a implantação do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar, em meados de 2007, até a presente data, esta SEFAZ recebeu 1560 requerimentos de pessoas físicas e/ou jurídicas solicitando informações acerca de seus créditos. Desse montante, após as 4 fases abertas ao longo do programa, cerca de 966 credores aderiram ao mesmo.

Cabe salientar que, desde o início do programa, o Governo do Estado do Rio de Janeiro tem como preocupação precípua assegurar a conciliação dos pagamentos assumidos com os credores com o fluxo de receitas do Estado.

Outro ponto a ser destacado é que o sucesso do Programa de Pagamento e/ou Parcelamento (Decreto nº 40.874/2007) é maior do que se avaliava inicialmente, isto porque, após a aplicação dos procedimentos instituídos pelo “AUTENTICA” e da baixa contábil de alguns restos a pagar em virtude da prescrição administrativa, verificou-se que o estoque efetivo dos restos a pagar abarcados pelo programa, que, inicialmente, montava em R\$ 400 milhões, atualmente monta em cerca de R\$ 350 milhões.

Importante destacar que o Módulo “AUTENTICA”, foi substituído pelo DOCUMENTO DE LIQUIDAÇÃO – DL. Essa ferramenta, instituída no SIAFEM/RJ, tem como objetivo proporcionar economicidade, eficiência, eficácia e efetividade ao registro da liquidação da despesa, comprovando, inclusive, a legalidade e a legitimidade dos atos, garantindo a otimização dos registros das despesas orçamentárias do Estado. Dessa maneira, torna-se obrigatório as

Gráfico 9





informações sobre os eventos de liquidação, número do empenho, a respectiva natureza da despesa, e, se existe ou não, consignatários e o tipo de consignatário; onde são registrados os consignatários, e o documento fiscal, fato gerador da liquidação da despesa.

Assim, como cerca de R\$ 253 milhões já foram repactuados, conclui-se que quase ¾ da dívida (72%) foi atendida pelo programa, dando ao tratamento deste assunto um alto grau de transparência, previsibilidade e segurança para os fornecedores do Estado.

Seguindo o cronograma de pagamento estipulado pela Secretaria de Estado de Fazenda, após os pagamentos realizados no mês de maio/2010, que contemplou o pagamento da sexta parcela, para os credores que ingressaram na 1º fase do programa; o pagamento da quinta parcela, para os credores que ingressaram na 2º fase do programa; o pagamento da quarta parcela, para os credores que ingressaram na 3º fase; e, o pagamento da terceira parcela para os credores que ingressaram na 4º fase, o total adimplido pelo Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar, excluindo os valores pagos na Primeira e Segunda Oferta Pública de Recursos, foi de R\$ 103.382.497,11.

Importante destacar também o sucesso da Oferta Pública de Recursos, realizada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência da Secretaria de Estado de Fazenda, destinada a antecipar as parcelas vincendas nos exercícios de 2010 e seguintes, referentes às dívidas dos restos a pagar processados dos exercícios de 2002 a 2006, com credores pelo fornecimento de bens e serviços as quais foram objeto de parcelamento nos termos do Decreto Estadual nº 40.874/2007.



Até a presente data, já foram realizadas a Primeira e a Segunda Oferta Pública de Recursos (em maio/2009 e março/2010, respectivamente), proporcionando a antecipação de 268 parcelas (131 parcelas na Primeira Oferta e 137 na Segunda Oferta), somando R\$ 23.595.250,98 de valor de face (R\$ 13.723.527,64 na Primeira Oferta e R\$ 9.871.723,34 na Segunda Oferta), com um desembolso de R\$ 12.884.207,56. O Tesouro Estadual, portanto, teve uma economia de R\$ 10.711.043,42.

Em suma, após todos os pagamentos efetuados, o Tesouro Estadual já quitou o total de R\$ 126.977.748,09. Isso porque foram computados os pagamentos realizados até maio de 2010 – previstos no cronograma de pagamento – (que totalizou R\$ 103.382.497,11) e os valores reais das parcelas que foram quitados na Primeira e na Segunda Oferta Pública de Recursos, isto é, sem os descontos (R\$ 23.595.250,98). O montante pago até a presente data permitiu que cerca de 750 credores tivessem seus créditos adimplidos integralmente.

#### **V.5.1. Reabertura de prazo para adesões ao Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar**

Diante do sucesso do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados, instituído pelo Decreto nº 40.874/20078, a Secretaria de Estado de Fazenda, reabriu para fornecedores o prazo para novas adesões para fornecedores, no período entre os dias 04/11/2010 a 19/11/2010, por meio da Resolução SEFAZ nº 343, de 03 de novembro de 2010.

Assim, terá início a 5ª fase do programa em tela, com o primeiro pagamento previsto para o 1º



semestre de 2011. A reabertura do prazo em questão coaduna-se com o comprometimento do Governo Estadual em sanar as pendências encontradas no início da sua gestão, em 2007.

#### **BOX 8 – Servidora do Tesouro Estadual ganha Prêmio Ministro Gama Filho, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado**

A técnica Ana Cecília de Souza (Coordenação de Analise de Investimentos e Gastos/ Superintendência do Tesouro Estadual) ficou com o 2º lugar no Prêmio Ministro Gama Filho, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado, cujo tema deste ano (2010) foi “Dez anos da Lei de Responsabilidade Fiscal: a contribuição da transparência da gestão fiscal para boa governança.”

O objetivo do prêmio é estimular e incentivar a realização de estudos e pesquisas de interesse público, propiciando a geração de novos conhecimentos capazes de gerar benefícios diretos à gestão pública, de forma comprometida com a realidade social

O tema premiado foi “Restos a Pagar: a última fronteira da transparência”, que buscou evidenciar o impacto dos restos a pagar na qualidade dos gastos públicos, acarretando o comprometimento de receitas futuras e a imobilização dos governos no inicio de cada exercício financeiro.

Na referida monografia fez-se uma revisão dos aspectos conceituais e legais dos restos a pagar, suas características contábeis e legais, dando destaque às implicações da Lei de Responsabilidade Fiscal e, principalmente, ao art. 42 da citada lei, que, ainda hoje, gera uma série de controvérsias ao tratar dos restos a pagar deixados de uma gestão para outra.

Ao analisar tal tema, a ênfase adotada foi a análise das medidas adotadas no Estado do Rio de Janeiro para reduzir as inscrições em restos a pagar, bem como para sanar os restos a pagar herdados de gestões anteriores, como (i) o Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar, (ii) a adoção do mecanismo da Oferta Pública de Recursos, instrumento que possibilitou um maior controle e eficiência na gestão dos recursos públicos; (iii) o Módulo AUTENTICA, integrado no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, que permitiu uma verificação mais precisa da prestação do serviço ou entrega do bem, agilizando assim o processo de pagamento dos mesmos, e (iv) a Cota Financeira, que estabeleceu um limite abaixo da cota orçamentária e “contingenciou” o valor referente aos Restos a Pagar Processados, garantindo o pagamento dos mesmos.

A cerimônia de entrega do Prêmio Gama Filho 2010 foi realizada no dia 23/08/2010, no auditório do Espaço Cultural Humberto Braga (Praça da República nº 54/56, Centro). A programação contou com palestras sobre a lei de Responsabilidade Fiscal, realizada por três especialistas que também fizeram parte da Comissão Julgadora do prêmio: Marcos Nóbrega, José Roberto Afonso e Weder de Oliveira.

O Subsecretário de Finanças Marcelo Barbosa Saintive entregou o prêmio à servidora Ana Cecília de Souza.



## V.6. Requisições Judiciais de Pagamento

### Precatórios

No 5º bimestre de 2010, foram aplicados R\$ 17,9 milhões para pagamento de precatórios. Desse montante, R\$ 16,1 milhões foram oriundos do Tesouro Estadual, R\$ 1,8 milhão dos recursos próprios do Rioprevidência.

Os pagamentos realizados nos meses de setembro e outubro foram compostos das parcelas dos acordos vigentes, restando ainda 15 acordos do Estado e 1 acordo do Rioprevidência. Ressalta-se que esses acordos foram celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, em 09 de dezembro de 2009.

Do total desembolsado, 56% foram aplicados no adimplemento das obrigações de natureza alimentícia e 44% empregados nas obrigações de natureza comum.

No mês de outubro foi disponibilizada, pela Subsecretaria de Finanças, à Procuradoria Geral do Estado uma ferramenta de cálculos (desenvolvida no Excel) para atualização dos precatórios pendentes, seguindo as regras estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 62.

A planilha de atualização de precatórios está sendo utilizada pela Procuradoria Geral do Estado,

para a atualização do estoque de precatórios do Estado do Rio de Janeiro, com o intuito de apurar, com base no estoque atualizado, o valor que deverá ser depositado pelo Estado do Rio de Janeiro, nos próximos exercícios, na conta especial do Tribunal de Justiça destinada aos pagamentos de precatórios.

Gráfico 10

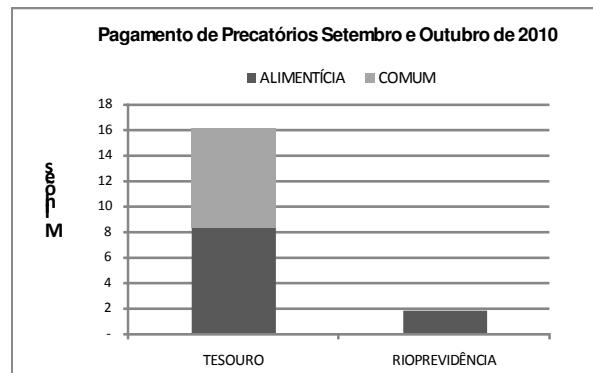
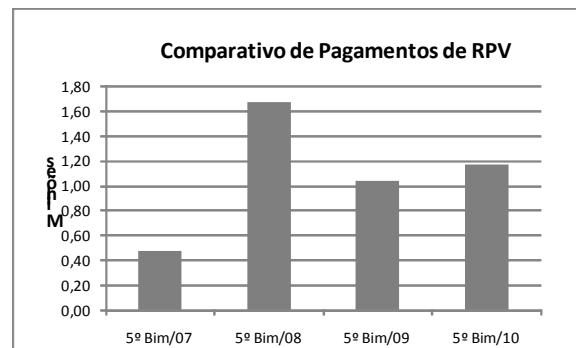


Tabela 23

PAGAMENTOS DE RPV - 2010		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
Setembro	97	674.886,05
Outubro	86	506.642,13
<b>Total</b>	<b>183</b>	<b>1.181.528,18</b>

Gráfico 11





### Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 5º Bimestre deste ano, foram pagas 183 requisições de pequeno valor, totalizando o valor aproximado de R\$ 1,2 milhão. O dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor (até 40 vezes o valor do salário mínimo), possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal<sup>25</sup>.

### Total de Requisições Judiciais de Pagamento

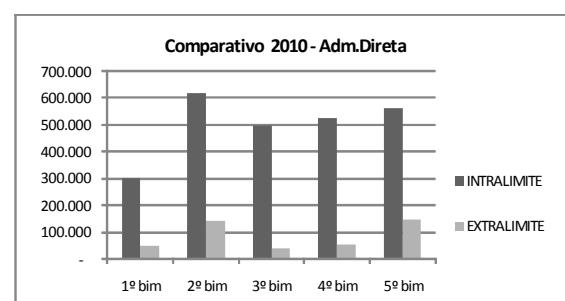
Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram pagas 183 requisições judiciais de pagamento, no 5º bimestre de 2010, com dispêndio total de R\$ 19,1 milhões.

Tendo em vista que o pagamento efetivo de novos precatórios, com as novas regras introduzidas pela Emenda nº 62/2009, ficará a cargo do Tribunal de Justiça do Estado, o Governo vem honrando os acordos de parcelamentos e mantendo em dia o pagamento das requisições judiciais de pequeno valor.

### V. 7. Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública

O Tesouro Estadual desembolsou, no 5º bimestre de 2010, R\$ 715 milhões com o serviço da dívida<sup>26</sup>. A importância desembolsada foi 23% superior ao valor referente ao 4º bimestre, em virtude do pagamento da semestralidade, dos

Gráfico 12



<sup>25</sup> O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

<sup>26</sup> Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.



contratos da Dívida de Médio e Longo Prazo – DMLP; e dos contratos da dívida externa.

Em que pese o valor devido a título de dívida intralímite ser de R\$573 milhões, pelo cálculo integral da tabela Price, o montante efetivamente pago, no 5º bimestre, foi de R\$ 559 milhões. Esta diferença decorre da aplicação do teto dos 13% da Receita Líquida Real, conforme acordado no contrato de refinanciamento amparado na Lei Federal nº 9.496/97.

Assim, o resíduo de R\$ 14 milhões foi incorporado ao saldo do contrato.

**Tabela 24**

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							R\$ mil
	4º bim 2010			5º bim 2010			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	193.355	384.619	577.974	294.963	412.799	707.762	22,46%
INTRALIMITE	160.299	362.806	523.105	189.045	369.907	558.952	6,85%
EXTRALIMITE	33.056	21.813	54.869	105.917	42.893	148.810	171,21%
INTERNA	24.982	17.259	42.241	27.438	17.647	45.085	6,73%
EXTERNA	8.075	4.553	12.628	78.479	25.246	103.725	721,38%
ADM. INDIRETA HONRADA	4.688	227	4.916	6.252	1.063	7.315	48,80%
TOTAL	198.044	384.846	582.890	301.215	413.862	715.077	22,68%
<i>Informações complementares:</i>							
Valor devido intra-límite	195.297	362.806	558.103	203.033	369.907	572.940	2,66%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	160.299	362.806	523.105	189.045	369.907	558.952	6,85%
Diferença incorporada no resíduo	34.998	-	34.998	13.988	-	13.988	-60,03%

Valores pagos a preços correntes.

\*No cálculo do valor a ser incorporado ao resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

### Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No mês de outubro, o estoque da Dívida Financeira fechou em R\$ 56,5 bilhões; 2,17% maior que o valor observado no 4º bimestre. Essa majoração tem como justificativa a variação do IGP-DI<sup>27</sup>, índice aplicado no reajuste da maioria dos contratos da dívida interna. No tocante à dívida externa, indexada ao dólar e ao iene,

<sup>27</sup> Os saldos devedores da maior parte dos contratos da dívida interna são corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior. No 5º bimestre fechou em 2,21% (IGP-DI de agosto/10 a setembro/10) e nos últimos 12 meses (de outubro/09 a setembro/10) em 7,95%. As dívidas com a União, que representam 96,40% do montante total, tiveram um aumento de 2,53%. Os contratos de Assunção de Dívidas do BERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que juntos representam 91,75% desta dívida, tiveram um aumento nominal de 1,68% e de 2,19%, respectivamente.



também pôde ser observada uma redução no valor do estoque, em face da valorização do real frente ao dólar.

Assim, o mês de outubro encerrou com saldo de R\$ 2,03 bilhões, 6,24% inferior ao valor observado no mês de agosto de 2010. O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR) accordado entre a União e o Estado do Rio apresentou uma queda de 1,66%<sup>28</sup>, passando de 2,03 para 1,99. Não obstante a elevação do estoque da dívida do Estado, esta diminuição ocorreu em razão do aumento da Receita Líquida em 3,90%.

**Tabela 25**

	R\$ mil		
	4º Bimestre	5º Bimestre	Δ %
<b>DÍVIDA FUNDADA TOTAL</b>	55.308.314,47	56.509.062,60	2,17%
<b>INTERNA</b>	52.938.773,11	54.275.597,13	2,53%
Dívida com a União	52.938.773,11	54.275.597,13	2,53%
Outras Dívidas Contratuais	-	-	
<b>EXTERNA</b>	2.160.553,55	2.025.759,63	-6,24%
Com Aval do Tesouro Nacional	2.157.865,60	2.023.138,45	-6,24%
Mobiliária	2.687,95	2.621,18	-2,48%
<b>ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)</b>	208.987,81	207.705,84	-0,61%
<b>DÍVIDA FINANCEIRA</b>	55.308.314,47	56.509.062,60	2,17%
<b>RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI</b>	27.312.006,56	28.377.022,30	3,90%
<b>RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR</b>	2,03	1,99	-1,66%

Valores a preços correntes

### Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 274 milhões pertinentes à receita de operações de créditos, no 5º bimestre

<sup>28</sup> A meta da Dívida para o exercício de 2010, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, foi de 2,43.



de 2010 (Tabela 26). Desse montante, R\$ 273 milhões foram destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC/FAVELAS (recursos provenientes da CAIXA); R\$ 50 mil, ao Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais (recursos provenientes do BNDES); e R\$ 1,17 milhão foram destinados ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração do E.R.J.-PROFAZ (recursos provenientes do BID).

Tabela 26

**Cronograma de Liberações****Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal****Ente: Estado do Rio de Janeiro**

Data: 31.10.2010

Valores em R\$ mil

	2010		TOTAL a Liberar
	Liberado (¹)	a Liberar	
<b>1. Operações de Crédito Contratadas (²)</b>	<b>1.236.813,70</b>	<b>565.760,30</b>	<b>1.490.438,38</b>
Operações contratadas com o SFN	321.921,64	407.234,15	1.065.018,48
1. BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	110,25	-	-
1.1 BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	-	31.984,68	31.984,68
2. BNDES - Programa de modernização da Administração Estadual-PMAE	2.787,41	1.057,29	1.057,29
3. CAIXA - SANEAMENTO PARA TODOS	-	162.633,44	558.000,00
4. BNDES - SEGURANÇA - Delegacia Legal	24.443,29	93.306,71	132.556,71
5. BB - Programa de Sustentação de Investimentos	3.517,22	-	-
5.1 BB - Programa de Sustentação de Investimentos	16.454,66	0,00	0,00
6. BNDES PMAE II	1.589,01	3.401,99	8.392,99
7. CAIXA PAC	273.019,81	114.850,02	333.026,80
Demais	914.892,06	158.526,15	425.419,89
1. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	30.590,94	147.676,09	329.890,23
2. BIRD - RIO RURAL - Desenvolvimento Rural Sustentável	5.178,24	4.914,71	62.251,89
3. BIRD - PRODESF - Desenv. Ec. Social e de Sustentabilidade do E.R.J.	878.769,08	-	-
4. BID - PROFAZ (profisco)	353,80	5.935,35	33.277,77
<b>2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação</b>	<b>-</b>	<b>172.624,00</b>	<b>1.014.265,37</b>
1. PROGESTÃO	-	1.532,41	31.770,24
2. PRODETUR	-	43.462,83	190.556,80
3. VIALIGHT	-	10.797,43	259.138,33
4. SAUDE/HRB	-	65.831,33	132.800,00
5. MARACANÃ_COPA2014-BNDES	-	51.000,00	400.000,00
<b>3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (³)</b>	<b>-</b>	<b>881.872,00</b>	<b>5.661.355,00</b>
<b>Total</b>	<b>1.236.813,70</b>	<b>1.620.256,30</b>	<b>8.166.058,75</b>

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de out/2010

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 15/04/2010, atualizados pelo IGP-DI/2010.

## V.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios<sup>29</sup>

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 5º bimestre de 2010 com 421 Convênios de Receita e 677 Convênios de Despesa vigentes<sup>30</sup>.

Os mais relevantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC<sup>31</sup> e no Programa Somando Forças<sup>32</sup>.

Para a realização das diversas obras de infraestrutura do PAC, encontram-se vigentes até o 5º bimestre de 2010, o total de 97 Convênios de Receita, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões. Desse montante, R\$ 1,4 bilhões consiste no valor previsto de repasse da União e aproximadamente R\$ 850 milhões são oriundos do Tesouro Estadual. Cumpre registrar que, além deste valor inicialmente pactuado, o Estado aportou, por meio de Termos Aditivos, um valor aproximado de R\$ 192 milhões.

Desses recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, no 5º bimestre de 2010, foram liquidados R\$ 98 milhões e pagos R\$ 87 milhões; sendo destinados 55% às áreas de Habitação e cerca de 45% à área de Saneamento.

Com relação ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 174 convênios,

<sup>29</sup> Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês

<sup>30</sup> Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

<sup>31</sup> Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja de interesse da União.

<sup>32</sup> Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.



beneficiando 83 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre (5º), o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de aproximadamente R\$ 166 milhões, que serão utilizados em obras de diversas naturezas, mas, principalmente, nas obras de infraestrutura. Neste período, foi empenhado o montante aproximado de R\$ 40 milhões, liquidados R\$ 37 milhões e pagos R\$ 40 milhões.

Nos demais Convênios de Despesa, foram estabelecidos 503 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. Neste bimestre (5º), foram empenhados cerca de R\$ 116 milhões, liquidados R\$ 88 milhões e pagos R\$ 98 milhões.

Além disso, vale registrar o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Cultural dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro – PADEC, que tem como objetivo o financiamento de projetos vinculados à área da cultura, apresentados pelos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, exceto a capital fluminense. Neste programa, serão disponibilizados recursos provenientes da União e do Estado no valor aproximado de R\$ 15 milhões<sup>33</sup>. Dentre os convênios celebrados, 31 municípios já foram beneficiados com esses recursos.

---

<sup>33</sup> Fonte: Secretaria de Estado da Cultura, sítio eletrônico: [www.sec.rj.gov.br](http://www.sec.rj.gov.br).



## BOX 9 – Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP/SEFIP

Com vistas a mitigar o risco de ocorrência de erros no preenchimento e envio da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP/SEFIP, a Coordenação de Convênios (COCON) da Superintendência de Controle e Acompanhamento da Dívida (SUCADPR) ministrou no mês de novembro, em conjunto com a Receita Federal do Brasil (RFB) e a Caixa Econômica Federal (CAIXA), o Workshop “Regras de Preenchimento da GFIP/SEFIP – Aspectos Legais e Práticos”, visando analisar a legislação previdenciária aplicada ao recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a prestação de informações (GFIP/SEFIP), bem como os aspectos operacionais.

O objetivo deste evento foi o de capacitar o servidor de modo que se evitem as consequências do descumprimento dessas obrigações legais. Dentre essas obrigações, cabe destacar que a imprecisão das informações enviadas à RFB e à CAIXA gera, além de ônus ao erário estadual (como multa, juros e correção monetária), a sua inscrição do Órgão no Cadastro Único de Convênios (CAUC) e no Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), que, por conseguinte, impede a renovação de várias certidões do Estado, vedando a contratação de Operações de Crédito Interno e Externo e Transferências Voluntárias da União.

É importante mencionar que este tema foi normatizado por meio de Decreto Estadual nº. 42.697, de 16 de novembro de 2010, no qual estabelece os procedimentos para atendimento da legislação previdenciária e fiscal pelos Órgãos e Entidades Integrantes da Administração Direta e Indireta estadual. O Decreto prevê, entre outras obrigações, que o cumprimento das obrigações relativas aos tributos e às contribuições federais e municipais será de responsabilidade direta dos ordenadores de despesas desses Órgãos ou Entidades.

Igualmente, com o intuito de subsidiar este tema tão relevante, a COCON/SUCADPR elaborou o Manual de Procedimentos Operacionais à Renovação das Certidões do ERJ, disponibilizado no Portal da SUBFIN: <http://www.fazenda.rj.gov.br/portal/instituicao/tesouro.portal>.

O objetivo deste Manual é o de orientar os técnicos responsáveis dos Órgãos nos procedimentos operacionais para a renovação das suas respectivas certidões, bem como nos procedimentos necessários para prevenir os futuros problemas.



## V.9. Sistema de Gestão de Qualidade na Subsecretaria de Finanças

Na busca pela modernização institucional, a Subsecretaria de Finanças (SUBFIN) implantou o Sistema de Gestão da Qualidade, voltado para a gestão por processos, com a finalidade de obter o certificado da norma NBR ISO 9001:2008<sup>34</sup>

Com o intuito de sedimentar o propósito da organização, a SUBFIN estabeleceu a sua política de qualidade e seus objetivos nos seguintes termos:

*“É Política da Qualidade da Subsecretaria de Finanças do Estado do Rio de Janeiro, buscar permanentemente a excelência na formulação, na execução e na avaliação da gestão dos recursos públicos atendendo às seguintes diretrizes:*

- Manter elevada competência de seus funcionários;*
- Aprimorar a infraestrutura institucional;*
- Assegurar conformidade com requisitos;*
- Ser transparente na prestação de contas à sociedade civil.”*

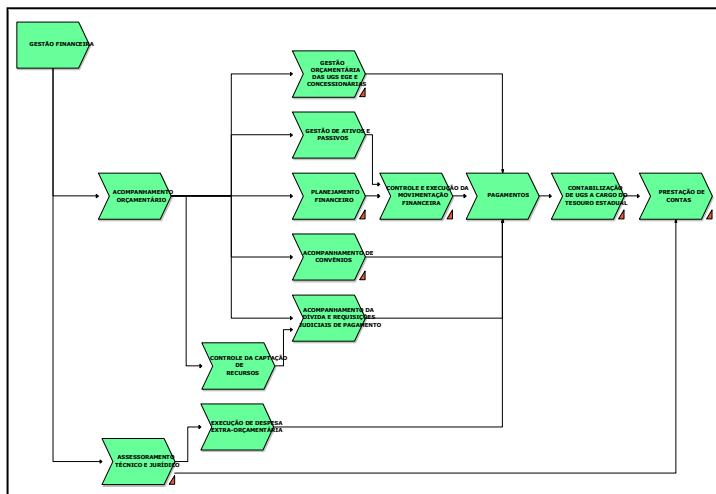
Motivada na metodologia exigida pelo Sistema de Gestão da Qualidade, que se traduz na busca pela otimização, racionalização e uniformização dos procedimentos empregados, a SUBFIN, após realizar diversos fóruns de discussões, definiu os macroprocessos, bem como os fluxogramas das atividades desempenhadas por esta Subsecretaria.

---

<sup>34</sup> ISO é a sigla da Organização Internacional de Normalização (*International Organization for Standardization*), com sede em Genebra, Suíça, que cuida da normalização (ou normatização) em nível mundial e cria normas nos mais diferentes segmentos. A sigla ficou popularizada pela série 9000, ou seja, as normas que tratam de Sistemas para Gestão e Garantia da Qualidade nas empresas/órgãos. Em Dezembro de 2000, a série 9000 foi totalmente revisada; além das alterações em sua estrutura, agora há apenas uma norma sujeita à certificação, a ISO 9001, que trouxe o enfoque de gerenciamento de processos. Esta norma foi desenvolvida utilizando-se um conjunto de oito princípios de gestão da qualidade, quais sejam: (i) foco no cliente; (ii) liderança; (iii) o envolvimento das pessoas; (iv) abordagem por processos; (v) abordagem por sistema de gestão; (vi) melhoria contínua; (vii) abordagem factual para a tomada de decisão; e, (viii) relações de parceria com fornecedores.



Dessa forma, com a finalidade de retratar as atividades da SUBFIN em uma única cadeia de valor, foram definidos 13 (treze) macroprocessos: Acompanhamento Orçamentário; Planejamento Financeiro; Controle e Execução da Movimentação Financeira; Acompanhamento da Dívida; Controle e Captação de Recursos; Execução Orçamentária das Ug's Encargos Gerais do Estado e Concessionárias; Execução das Despesas Extra-Orçamentária; Pagamentos; Contabilização das UG's a Cargo do Tesouro Estadual; Acompanhamento de Convênios; Gestão de Ativos e Passivos; Assessoramento Técnico e Jurídico e Prestação de Contas.



Vale ressaltar que o mapeamento dos fluxogramas supracitados proporcionou uma maior interação entre as áreas da SUBFIN e, por conseguinte, evidenciou que a adoção de tal conduta deve ser mantida, pois tem contribuído para o aprimoramento da atuação do Tesouro Estadual.

Além disso, a Subsecretaria de Finanças, em atendimento aos requisitos da NBR ISO 9001:2008, criou 17 (dezessete) indicadores para a avaliação das metas estabelecidas de eficácia, eficiência, efetividade e celeridade, os quais foram segmentados da seguinte forma: (i) de política de



qualidade, (ii) de processo, (iii) de interface de processo e, (iv) de fornecedor.

A criação de indicadores para monitorar a adequação às metas estabelecidas coaduna-se com a busca constante pelo aprimoramento das atividades desta Subsecretaria para possibilitar que a prestação do serviço seja realizada de forma cada vez mais eficiente.

Cabe pontuar que, para monitorar os objetivos da política da qualidade<sup>35</sup>, foram definidos os seguintes indicadores: de qualificação dos servidores; de aprimoramento da infraestrutura; de tempo médio de pagamento de PD's após a sua emissão; de extemporaneidade dos registros contábeis; de pontualidade das informações; de completude das informações atualizadas no site do Tesouro; do nível da satisfação da sociedade ao nível de exogência α.

Para aferir o desempenho dos processos criara-se os seguintes indicadores: do cumprimento do cronograma da RPP's; do grau de cumprimento da manutenção do saldo médio conforme a LOA; do tempo médio de defasagem para a realização das análises contábeis. E, ainda, foram criados indicadores de interface de processos: da incidência de erros na emissão de PD's confeccionadas pela UG's a cargo do Tesouro Estadual e de incidência de erros na emissão de NL's pertinentes a convênios.

No tocante ao monitoramento dos fornecedores, ficaram estabelecidos os seguintes indicadores: de erros nos cadastros de convênios registrados no SIAFEM; de PD's não pagas por erro de confecção por parte das UG's; do valor de faturas que não geraram emissão de PD por problemas

<sup>35</sup> De acordo com o item 5.4.1 da Norma NRB ISO 9001:2008 os objetivos da qualidade devem ser mensuráveis e consistentes com a política da qualidade. Assim fica evidente a obrigatoriedade de monitoramento destes objetivos.



de descentralização e do câmbio do i-ésimo semestre. É oportuno frisar que, apesar do Tesouro Estadual não ter ingerência sobre as atividades desempenhadas pelos outros entes da Administração Pública, é essencial o acompanhamento da execução de tais tarefas, com o fito de possibilitar a apuração do impacto da mesma no desempenho desta Subsecretaria.

Nos termos exigidos pela norma NBR ISO 9001:2008, a SUBFIN se submeteu a uma auditoria interna, em novembro do corrente ano, objetivando avaliar se o Sistema de Gestão da Qualidade está implementado eficazmente conforme os requisitos da referida norma e com os requisitos estabelecidos pela instituição.

Por conseguinte, a auditoria interna em questão concluiu que o Sistema está se desenvolvendo eficazmente, de acordo com as regras fixadas pela Norma ISO 9001:2008. E, ainda, nesta oportunidade, destacou-se, como pontos positivos do SGQ da SUBFIN, a documentação do referido sistema, o envolvimento dos servidores e o comprometimento da Alta Direção.

Por outro lado, para suportar todas as mudanças e melhorias alcançadas com a adoção do Sistema de Gestão da Qualidade, a Subsecretaria de Finanças vem investindo, desde dezembro de 2009, em cursos de capacitação dos seus servidores. Sendo assim, têm sido ministrados cursos em diversas áreas de finanças públicas, tais como: orçamento público, contabilidade pública, matemática financeira, estatística, direito tributário, direito administrativo, dentre outros.

Diante desse quadro, são evidentes as recompensas que estão sendo colhidas pela Subsecretaria de Finanças com as melhorias alcançadas provenientes dos esforços empregados na implementação do Sistema de



Gestão da Qualidade, com o objetivo final de obter a certificação, visto que esta é uma iniciativa ímpar no âmbito de um Tesouro Estadual.

#### **BOX 10 – SUBPORTAL DO TESOURO ESTADUAL**

Um dos avanços mais importantes da gestão financeira recente do Estado é a prestação de contas à sociedade civil e sua interação com os demais órgãos do Estado. Trata-se, na verdade, de um dos principais objetivos da atual gestão da Secretaria de Fazenda: a melhoria das informações e transparência no uso dos recursos públicos.

Nessa linha, a Subsecretaria de Finanças criou um subportal (hospedado no site da Secretaria de Fazenda) visando consolidar e atualizar as diversas informações disponibilizadas pelo Tesouro Estadual, tais como: Boletim de Transparência Fiscal, que procura dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções dos gastos; Previsão de Pagamentos para os fornecedores do Estado, onde o fornecedor consegue visualizar, até 08 dias antes, os pagamentos nas datas específicas 07, 15 e 25 (de acordo com a legislação vigente), com os recursos do Tesouro; todos os pagamentos efetuados pelo Tesouro Estadual, tanto por Unidade gestora quanto para os fornecedores (com o número da PD, data de sua emissão, data da competência da despesa, número da OB e o número da Nota Fiscal); prazo médio de pagamento das Programações de Desembolso, que é um indicador utilizado pelo Tesouro Estadual para mensurar o tempo entre a chegada da requisição de pagamento feita pelos Órgãos (após a liquidação da despesa) e seu efetivo pagamento, etc.

O subportal disponibiliza, ainda, as seguintes informações: calendário de pagamentos dos servidores do Estado; pagamento das concessionárias de serviços públicos; cronograma e execução do pagamento dos chamados Restos a Pagar, incluindo o pagamento do programa de parcelamento dos RPP's (Restos a Pagar Processados) de 2002 a 2006; resultados dos Leilões para pagamento das dívidas do programa citado; acompanhamento da Cota Financeira liberada e utilizada; listagem de precatórios e o montante de pagamento dos últimos anos; manuais de Instrução para: (i) solicitação de operações de crédito; (ii) preenchimento de guia de depósito judicial trabalhista; (iii) obtenção do relatório de restrições de tributos; (iv) obtenção da 2ª Via da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa; e o Balancete da Disponibilidade Financeira do Estado por Unidades Gestoras.

Assim, o Tesouro Estadual antecipou-se às novas exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, introduzida pela Lei Complementar 131/2009, constituindo em um passo relevante para o bom exercício da gestão pública, em particular no prisma orçamentário-financeiro.

A Lei Complementar 131/2009 tornou obrigatório aos Entes da Federação a disponibilização, a qualquer pessoa física ou jurídica, de informações referentes a: I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou



ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; e II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Dessa maneira, em complementaridade às novas exigências legais, a Secretaria de Estado de Fazenda criou um portal específico, o Portal da Transparência Fiscal, com a finalidade de proporcionar ao cidadão o acompanhamento das finanças públicas fluminenses, de forma clara e atualizada. Além das informações sobre despesas e receitas, o portal também disponibiliza os instrumentos de transparência da gestão fiscal, como Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em suma, o Tesouro Estadual passou a cooperar com toda a administração estadual na melhoria das suas respectivas gestões financeiras. Consequentemente aprimora-se, também, a prestação dos serviços públicos como um todo e, principalmente, a sociedade fluminense passa a ganhar com isso.

Por fim, deve-se frisar que a preocupação do Tesouro Estadual com uma melhor prestação do serviço público culminou na criação de alguns canais de comunicação que visam avaliar se o conteúdo disponibilizado está em consonância com os anseios da sociedade (seja fornecedor, órgãos estaduais, servidores, etc.), tais como, a possibilidade do usuário votar no conteúdo disponibilizado e, ainda, a possibilidade do usuário enviar críticas, sugestões e elogios através do “FALE CONOSCO”.